



MUNICÍPIO DE PENELA

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA
Realizada no dia 10 de Abril de 2006.

Acta n.º 8/2006

----- No dia dez de Abril de dois mil e seis, na vila de Penela, edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Eng.º Paulo Jorge Simões Júlio, estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º António Manuel Mendes Lopes, José Carlos Fernandes dos Reis, Dr. Luís Manuel Francisco Filipe e António José dos Santos Antunes Alves. -----

ORDEM DE TRABALHOS

ORDEM do DIA

1. Contas Finais da Gerência de 2005
 - 1.1 – Balanços, Demonstração dos Resultados e Execução Orçamental – Análise e votação
 - 1.2 – Execução do Plano Plurianual de Investimento – Análise e votação
 - 1.3 – Outros documentos da prestação de contas – Análise e votação
 - 1.4 – Relatório de Gestão – Apreciação, discussão e votação
2. Carta Educativa – Discussão e Aprovação
3. Plano de Apoio ao Investimento 2006 – 2009 – Discussão e Aprovação

----- Sendo nove horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, entrando-se na apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos; -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o *Resumo Diário da Tesouraria* número sessenta e nove o qual apresenta os seguintes valores: **SALDO EM DOCUMENTOS:** - vinte seis mil seiscentos e setenta e um euros e noventa e seis cêntimos; **SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS:** - vinte sete mil quinze euros e sessenta e seis cêntimos; **SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS:** - duzentos e dezasseis mil cinquenta euros e treze cêntimos. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1. CONTAS FINAIS DA GERÊNCIA DE 2005: O senhor Presidente começou por efectuar uma breve análise dos documentos, explicando alguns indicadores considerados mais relevantes no cômputo geral, fazendo um resumo do Relatório de Gestão, que a seguir se transcreve: -----

Relatório de Gestão

O presente relatório de gestão, referente ao exercício do ano económico de 2005, constitui, antes de mais, o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município um retrato fiel do desempenho da gestão municipal referente ao ano económico de 2005, conforme estabelecido no ponto 13 do Decreto-lei Nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro. Além disso, a Resolução n.º 4/2004 – 2ª Secção do Tribunal de Contas define no Quadro Anexo I, o Relatório de Gestão como documento n.º 28 quando se refere aos documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, devendo o mesmo ser remetido ao Tribunal de Contas independentemente do volume de Receitas ou das Despesas ocorridas durante o ano. -----

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos e um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem as informações que se julgam suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental, como económico e financeiro.-----

Pretende-se, ainda, com este documento, deixar o testemunho de um vasto conjunto de informação capaz de habilitar os Excelentíssimos Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e restantes Múncipes, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendem ter uma ideia da situação do seu município, pelo que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados, bem como a interiorizarem a complexa realidade da actividade desenvolvida pelo município.-----

Este documento é parte integrante da prestação de contas 2005.-----

O documento que a seguir apresentamos está estruturado nos seguintes temas base: -----

1. **Nota Introdutória**-----
2. **Conjuntura**-----
3. **Enquadramento Interno** -----
4. **Análise Orçamental** -----
5. **Fontes de Financiamento**-----
6. **Aplicação dos Recursos Financeiros** -----
7. **Cumprimentos Legais na Despesa** -----
8. **Análise Económico-financeira** -----
9. **Proposta de Aplicação dos Resultados** -----

Nota Introdutória -----

A qualidade de vida de um Concelho é directamente proporcional ao grau de satisfação dos seus habitantes. Neste contexto, a principal tarefa da Câmara Municipal, enquanto responsável pela gestão do Município, é responder com soluções eficazes aos problemas concretos dos Múncipes. Administrar um concelho com a dimensão e as características culturais e sócio-económicas que este apresenta, num século XXI que todos os dias coloca problemas e desafios novos a enfrentar, é entender o cidadão como um cliente da Câmara Municipal, com direitos e deveres para com o Município. -----

A obra que atravessa todos os sectores da gestão Municipal está à vista de todos. Foram feitas e estamos a fazer obras de iniciativa camarária e influenciámos o Governo para que as obras da responsabilidade da Administração Central também fossem concretizadas. Por isso, podemos dizer com orgulho que o trabalho realizado pela Câmara Municipal no ano de 2005 foi bastante positivo. Muitas obras foram feitas, outras estão a decorrer e outras ainda serão feitas tendo em vista o desenvolvimento harmonioso e sustentado deste concelho e das populações que nele habitam. -----

Atendendo ao referido anteriormente podemos verificar que foi no ano de 2005 que:-----

- ✓ Foram realizadas obras de beneficiação em vários estabelecimentos de ensino do concelho; -----
- ✓ Foram realizadas obras de requalificação urbana no âmbito do programa aldeias de Xisto – Ferraria São João; -----
- ✓ Foram realizadas obras de beneficiação, reabilitação e remodelação da rede viária estruturante do concelho,-----
- ✓ Defendemos o nosso património cultural,-----
- ✓ Apostámos em políticas sociais através da intervenção em habitações para a população mais desfavorecida.-----

Estas e muitas outras obras e acções planeadas e executadas pelo município traduzem uma efectiva melhoria da qualidade de vida da população. Não há cidadania nem qualidade de vida sem educação e sem cultura, por isso estamos a fazer a nossa parte à frente dos destinos da Câmara Municipal, conseguindo, em pouco tempo, transformar sonhos em realidades.-----

Conjuntura -----

Conjuntura na Área do Município-----

O Município de Penela, situado na região centro de Portugal a poucos quilómetros da sede de Distrito – Coimbra, ocupa uma área aproximada de 134,8 km², é constituído por seis freguesias - Cumeieira, Espinhal, Podentes, Rabaçal, Santa Eufémia e São Miguel e os seus aglomerados urbanos são inferiores a 1000 habitantes.-----

A população do concelho é segundo os censos 2001 de 6594 habitantes dos quais, 3197 são Homens e 3397 são Mulheres. Assim, a densidade populacional é de 47,6 habitantes/m². -----

Podemos ainda verificar que a população com menos de 18 anos é de 1024 habitantes, com mais de 18 e menos de 65 anos é de 3774 habitantes e com mais de 65 anos é de 1796 habitantes. De salientar ainda que a variação da população em 1991/2001 foi de menos 325 habitantes. -----

Da análise dos censos 2001 podemos ainda verificar que existem 2515 Famílias clássicas com uma dimensão média de 2,6 pessoas e 3 Famílias Institucionais. -----

O número de edifícios existentes no concelho é de 3688.-----

O número de Alojamentos clássicos é de 3813, o de Alojamentos não clássicos é de 11 e o de Alojamentos colectivos é de 4.-----

Enquadramento Interno -----

Alterações no Órgão Executivo-----

No decurso do ano económico em análise verificaram-se alterações na composição do Órgão Executivo decorrentes das Eleições Autárquicas de 09 de Outubro de 2005. -----

Política de Recursos Humanos Adoptada -----

No ano económico de 2005 não se verificaram quaisquer reestruturações orgânicas ou do quadro pessoal da Autarquia.-----

O Município, em termos de recursos humanos, preocupou-se em reorganizar e reaproveitar os existentes. No entanto, e como se depreende do quadro que a seguir se apresenta houve um acréscimo de 10 funcionários de 2004 para 2005. Estes recursos humanos foram afectos às áreas da educação, cultura, florestas e administração geral. -----

Porque falamos em recursos humanos, convém ter presente a componente remuneratória que, sem dúvida, é o maior factor de motivação como contrapartida do serviço prestado. Salientamos que no ano 2005 estes encargos atingiram 1.756.171,17€, representando cerca de 26% das despesas totais efectuadas e pagas por este Município.-----

Pessoal segundo grupo profissional

Designação	2004	Peso	2005	Peso	Var	Var (%)
-------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	------------	----------------

		Relat (%)		Relat (%)	Abs.	
Pessoal Dirigente	1	0,67%	1	0,63%	0	0,00%
Técnico Superior	10	6,71%	13	8,18%	3	30,00%
Informática		0,00%		0,00%	0	0,00%
Técnico	6	4,03%	7	4,40%	1	10,00%
Técnico Profissional	6	4,03%	8	5,03%	2	20,00%
Administrativo	11	7,38%	12	7,55%	1	10,00%
Operário	41	27,52%	42	26,42%	1	10,00%
Auxiliar	51	34,23%	51	32,08%	0	0,00%
Outros Grupos	23	15,44%	25	15,72%	2	20,00%
Total	149	100,00%	159	100,00%	10	100,00%

Análise Orçamental**Execução Orçamental 2005**

Quadro - Resumo das Receitas Liquidadas e das Despesas Realizadas				
Descrição	Orçamento Ano 2005	Executado Ano 2005	Grau Execução	Desvio
Receitas Correntes	5.956.567,07 €	3.763.847,91 €	63,19%	-36,81%
Receitas de capital	6.031.264,60 €	2.971.351,74 €	49,27%	-50,73%
Total das Receitas	11.987.831,67 €	6.735.199,65 €	56,18%	-43,82%
Despesas Correntes	4.512.710,20 €	3.638.842,85 €	80,64%	-19,36%
Despesas de Capital	7.475.121,47 €	3.096.134,01 €	41,42%	-58,58%
Total das Despesas	11.987.831,67 €	6.734.976,86 €	56,18%	-43,82%

No ano de 2005, o Orçamento Municipal apresenta um saldo corrente de 125.005,06€. As receitas correntes apresentam uma execução orçamental de 63,19% e as despesas correntes uma execução orçamental de 80,64%. As receitas e despesas correntes apresentam níveis de execução afastados do previsto em orçamento de 36,81% e 19,36%, respectivamente. -----

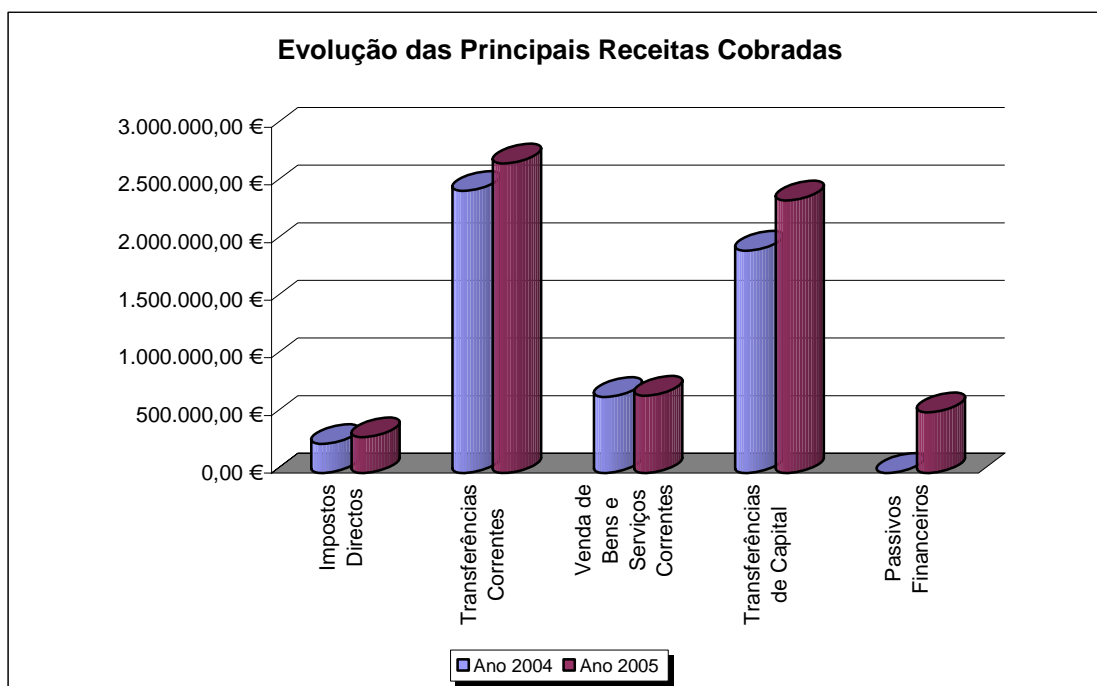
O saldo de capital apresenta o valor negativo de 124.782,27€o que significa que o Município de Penela mantém a tendência de transformar receitas correntes em despesa de capital. As receitas de capital apresentam uma execução orçamental de 49,27% e as despesas de capital uma execução orçamental de 41,42%. As receitas e despesas de capital apresentam níveis de execução afastados do previsto em orçamento de 50,73% e 58,58%, respectivamente. -----

Em termos globais as receitas e as despesas apresentam uma execução de 56,18%, com um desvio relativamente ao Orçamento Global de 43,82%. -----

Evolução das Receitas

Quadro – Evolução das Receitas Cobradas				
Descrição	2004	R/TR	2005	R/TR
Impostos Directos	253.128,54 €	4,67%	311.186,00 €	4,62%
Impostos Indirectos	23.629,55 €	0,44%	57.398,12 €	0,85%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	23.166,98 €	0,43%	32.402,99 €	0,48%
Rendimentos de Propriedade	6.731,58 €	0,12%	4.131,88 €	0,06%
Transferências Correntes	2.449.256,24 €	45,18%	2.686.509,10 €	39,89%
Venda de Bens e Serviços Correntes	660.697,11 €	12,19%	670.010,84 €	9,95%
Outras Receitas Correntes	34.452,83 €	0,64%	2.208,98 €	0,03%
Venda de Bens de Investimento	37.928,15 €	0,70%	47.431,64 €	0,70%

Transferências de Capital	1.930.699,30 €	35,62%	2.364.487,55 €	35,11%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00%	525.467,64 €	7,80%
Outras Receitas de Capital	0,00 €	0,00%	28.698,31 €	0,43%
Reposições Não Abatidas Nos				
Pagamentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	1.308,58 €	0,02%	5.266,60 €	0,08%
Total	5.420.998,86 €	100,00%	6.735.199,65 €	100,00%



Como é possível extrair da leitura dos números e da análise do gráfico apresentado pode-se verificar que relativamente ao ano anterior houve um aumento da cobrança de receitas e que o Município continua muito dependente das transferências, quer correntes, quer de capital, apesar do seu grau de importância ter diminuído. As receitas provenientes do Orçamento de Estado continuam a representar a maior fonte de financiamento das actividades da autarquia. -----

Numa análise mais detalhada podemos verificar que: -----

Houve um aumento na cobrança dos impostos directos estabelecidos na Lei das Finanças Locais (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de imóveis), apesar do seu peso em relação ao total da receita ter diminuído. -----

Quanto aos impostos indirectos, onde se registam as receitas que recaem sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços houve um aumento da sua cobrança e um aumento do seu peso em relação ao total da receita cobrada. Destaca-se, nesta rubrica, a receita proveniente de loteamentos e obras. -----

No que diz respeito às taxas, multas e outras penalidades, onde se registam os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, não havendo qualquer relação de contrapartida entre as receitas e os custos dos serviços prestados, também se verificou um aumento da cobrança e um aumento do seu peso em relação ao total da receita. -----

Quanto aos rendimentos de propriedade, que abrangem as receitas provenientes de activos financeiros e rendas de activos não produtivos, nomeadamente, terrenos e activos incorpóreos, a sua cobrança diminuiu e o seu peso em relação ao total da receita também. -----

As transferências correntes, que abrangem as receitas provenientes da Administração Central e onde se incluem, entre outras, as relativas aos fundos municipais (Fundo Geral Municipal, Fundo Base Municipal e Fundo Coesão Municipal) tiveram um significativo aumento da sua cobrança mas diminuiu o seu peso em relação ao total da receita. -----

As vendas de bens e serviços correntes, incluindo, na generalidade, as receitas do produto da venda de bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, bem como as receitas da prestação de serviços, tiveram um pequeno aumento da sua cobrança mas diminuiu o seu peso em relação ao total da receita. É aqui que encontramos as receitas provenientes da venda de água; aluguer de espaços e equipamentos; serviços sociais, recreativos e de desporto; saneamento; resíduos sólidos e rendas de edifícios. ---

As outras receitas correntes tiveram uma diminuição da sua cobrança e uma diminuição do seu peso em relação ao total da receita devido ao facto de não se ter efectuado, no ano de 2005, qualquer reembolso de IVA. De notar que esta é uma rubrica da receita com carácter residual. ---

Quanto à venda de bens de investimento a sua cobrança aumentou mas o peso em relação ao total da receita manteve-se com a mesma percentagem.-----

As transferências de capital correspondem aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento das despesas de capital. Tal como já foi referido para as receitas correntes, as receitas provenientes da administração central, onde se incluem as relativas aos fundos municipais (Fundo Geral Municipal, Fundo Base Municipal e Fundo Coesão Municipal) e as receitas provenientes de participações comunitárias em projectos co-financiados tiveram um significativo aumento mas o seu peso em relação ao total da receita diminuiu. -----

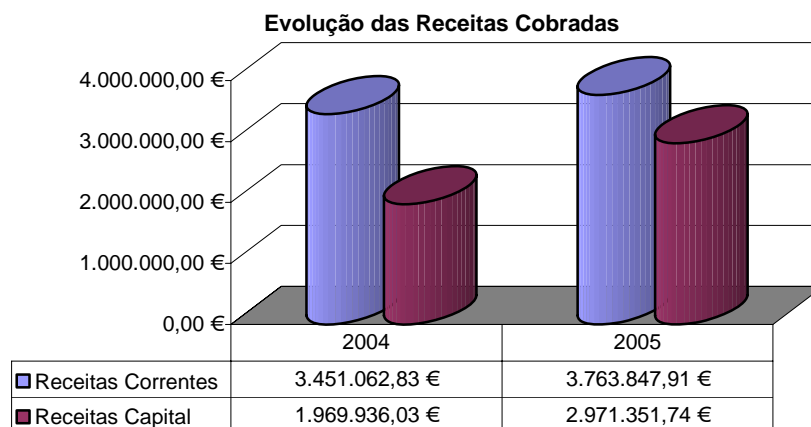
Quanto aos activos financeiros não se verificou qualquer cobrança de receita no decorrer do ano 2005.-----

Quanto aos passivos financeiros foram cobrados 525.467,64€ resultantes da contratação de um empréstimo para obras municipais. Os passivos financeiros representam 7,8% do total da receita.

Quanto às outras receitas de capital verifica-se a cobrança de 28.698,31€ que representa 0,43% do total da receita. Esta é uma rubrica de natureza residual e compreende as receitas não susceptíveis de classificação nas demais rubricas de capital.-----

Resumo das Receitas

Quadro – Resumo das Receitas Cobradas						
Descrição	2004	R/TR	2005	Var. Abs.	Var (%)	R/TR
Receitas Correntes	3.451.062,83 €	63,66%	3.763.847,91 €	312.785,08 €	9,06%	55,88%
Receitas de capital	1.969.936,03 €	36,34%	2.971.351,74 €	1.001.415,71 €	50,83%	44,12%
Total das Receitas	5.420.998,86 €	100,00%	6.735.199,65 €	1.314.200,79 €	24,24%	100,00%



Da análise do gráfico e da leitura dos dados constata-se que, no global, as receitas da Câmara Municipal de Penela aumentaram relativamente ao ano de 2004 pois verifica-se um crescimento de 1.314.200,79€a que corresponde uma variação de 24,24%.

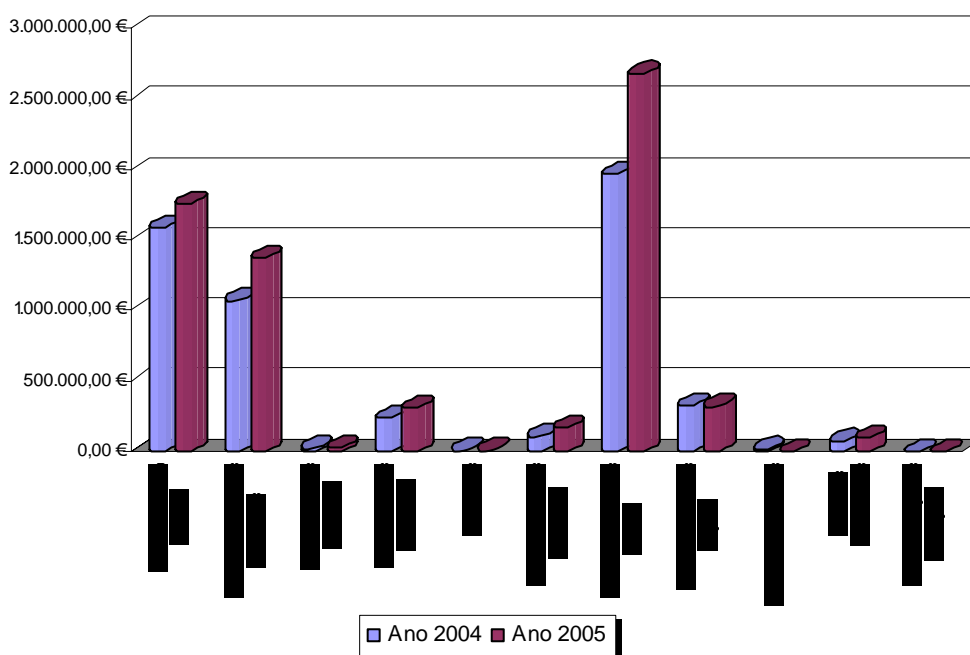
Quanto às receitas correntes, verifica-se em aumento de 312.785,08€a que corresponde uma variação de 9,06 %. Este aumento ficou a dever-se essencialmente ao aumento das receitas provenientes da participação comunitária em projectos co-financiados nomeadamente com a execução do programa Agris.

Quanto às receitas de capital verifica-se um acréscimo de 1.001.415,71€a que corresponde uma variação de 50,83%. Este aumento ficou a dever-se essencialmente ao aumento das receitas provenientes da participação comunitária em projectos co-financiados e ao recurso de empréstimos de médio e longo prazo para obras municipais.

Evolução das Despesas

Quadro – Evolução das Despesas Realizadas				
Descrição	2004	D/TR	2005	D/TD
Despesas Com Pessoal	1.581.228,29 €	29,30%	1.756.171,17 €	26,08%
Aquisição de Bens e Serviços	1.069.133,62 €	19,81%	1.376.567,04 €	20,44%
Juros e Outros Encargos	21.099,38 €	0,39%	22.700,72 €	0,34%
Transferências Correntes	235.497,17 €	4,36%	307.023,12 €	4,56%
Subsídios	4.600,00 €	0,09%	5.350,00 €	0,08%
Outras Despesas Correntes	104.363,43 €	1,93%	171.030,80 €	2,54%
Aquisição Bens de Capital	1.967.029,61 €	36,45%	2.682.494,44 €	39,83%
Transferências de Capital	322.174,94 €	5,97%	318.855,60 €	4,73%
Activos Financeiros	17.683,16 €	0,33%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	74.145,82 €	1,37%	94.783,97 €	1,41%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total das Despesas	5.396.955,42 €	100,00%	6.734.976,86 €	100,00%

Evolução das Despesas Realizadas



Da análise dos dados constatamos que, com excepção das transferências de capital, houve um aumento dos vários tipos de despesa. -----

Numa análise mais detalhada podemos verificar que: -----

As despesas com pessoal, que englobam as remunerações certas e permanentes com os órgãos autárquicos, com o pessoal do quadro, pessoal em qualquer outra situação e com os encargos inerentes à segurança social, apresentam níveis de execução muito próximos do orçamentado. Como já referido anteriormente houve um aumento deste tipo de despesas e o seu peso em relação ao total é de 26,00%. -----

A aquisição de bens e serviços compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo duradouro – que se conservam ou perduram para além de um ano, as despesas com a aquisição de bens que não perduram para além da sua primeira utilização ou cuja durabilidade normal não ultrapassa um ano e as despesas com a aquisição de serviços a terceiros – por força do registo dos custos com a execução da rubrica de silvicultura preventiva do projecto AGRIS. O peso da aquisição de bens e serviços correntes no total da despesa é de 20,38%. -----

Os encargos decorrentes da dívida são constituídos pelas despesas relativas a juros provenientes da contratação de empréstimos bancários e de contratos de locação financeira, bem como outros juros. Esta rubrica de despesa apresenta valores semelhantes ao ano de 2004. -----

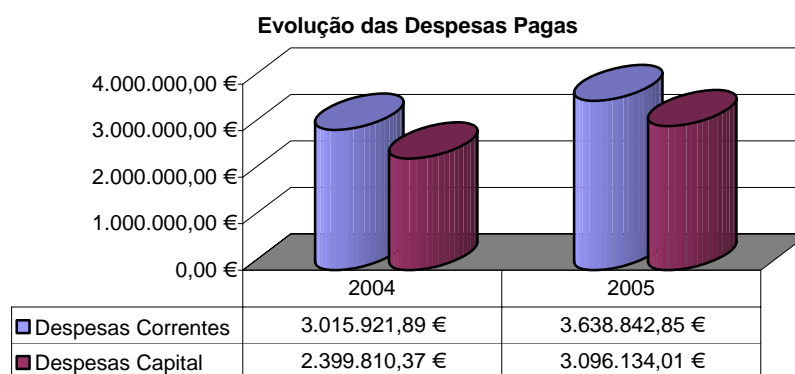
As transferências correntes são importâncias retiradas do orçamento municipal e concedidas sem qualquer contrapartida a outras entidades. Constata-se o aumento deste tipo de despesa, nomeadamente no que diz respeito a transferências para Instituições sem fins lucrativos (apoios ao normal funcionamento das Associações concelhias) e para as Juntas de Freguesia conforme protocolos celebrados para a limpeza de povoações. O peso desta rubrica de despesa no total das despesas pagas é de 4,55%. -----

A rubrica de outras despesas correntes, de carácter residual, abrange todas as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas. São aqui registadas, entre outras, as despesas decorrentes da realização das festas de São Miguel e Feira do Mel. O seu peso no total das despesas pagas é de 2,53%. -----

Na rubrica de aquisição de bens de investimento, classificam-se as despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio da aquisição a terceiros quer por produção própria. Verifica-se um aumento substancial deste tipo de despesas que decorre, entre outros, dos investimentos efectuados em edifícios, material de transporte e construções diversas nomeadamente viadutos, arruamentos, estradas, captação e distribuição de água e drenagem de águas residuais. O seu peso no total das despesas pagas é de 39,71%. -----
 As transferências de capital, de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, destinam-se a financiar obras por parte daquelas instituições. Salientam-se aqui as transferências para comparticipação nas obras do Pólo de Penela da ETP Sicó. O seu peso em relação ao total da despesa é de 4,72%.-----
 Nos passivos financeiros são registadas as operações financeiras destinadas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município. Podemos verificar que houve um ligeiro aumento deste tipo de despesas e que o seu peso no total da despesa é de 1,41%. -----
 Outras despesas de capital é uma rubrica de natureza residual, nela sendo consideradas as demais despesas de capital que não são enquadráveis nas restantes rubricas e não apresenta qualquer valor. -----

Resumo das Despesas

Quadro - Evolução das Despesas Pagas						
Descrição	2004	D/DT	2005	Var. Abs.	Var (%)	D/DT
Despesas Correntes	3.015.921,89 €	55,69%	3.638.842,85 €	622.920,96 €	20,65%	54,03%
Despesas Capital	2.399.810,37 €	44,31%	3.096.134,01 €	696.323,64 €	29,02%	45,97%
Total das Despesas	5.415.732,26 €	100,00%	6.734.976,86 €	1.319.244,60 €	24,36%	100,00%



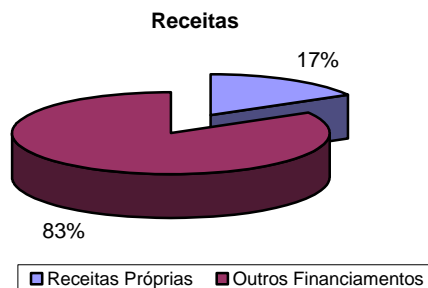
Da leitura dos dados e da análise do gráfico constata-se que o Município tem vindo a apresentar despesas correntes superiores às despesas de capital. No ano de 2005 verifica-se que houve um aumento de 622.920,96€ nas despesas correntes, correspondendo a uma variação de 20,65% e um aumento das despesas de capital de 696.323,64€, com uma variação de 29,02%. De referir ainda que o peso das despesas correntes no total das despesas foi de 54,03% e o peso das despesas de capital foi de 45,97%. Podemos ainda verificar que o peso das despesas correntes no total da despesa diminuiu relativamente ao ano de 2004 e as despesas de capital aumentaram.-----
 No total houve um aumento das despesas pagas em 1.319.244,60€ a que corresponde uma variação de 24,36%. -----

Fontes de Financiamento -----

Receitas Próprias -----

Estrutura das Receitas Próprias -----

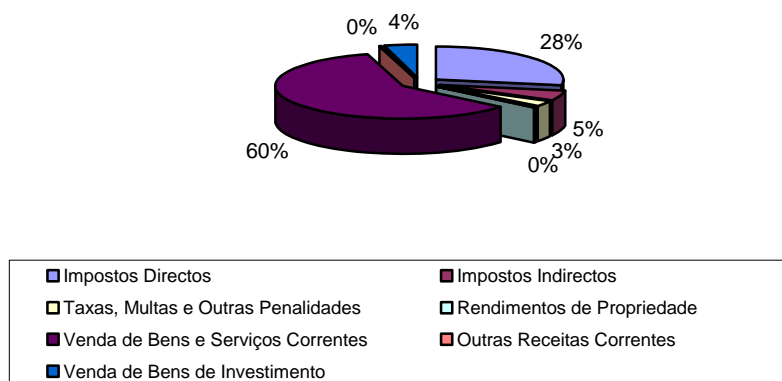
As receitas próprias de uma autarquia local, são aquelas que esta pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem a influência de organismos externos. Excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contratados. -----



No ano económico de 2005 as receitas próprias representam 17% do total da receita arrecada. O Município continua a ter uma forte dependência das verbas provenientes do Orçamento de Estado. Tal como a maioria dos outros municípios desta dimensão, a nossa capacidade para arrecadar receita sem o recurso a organismos externos é reduzida. Isto deve-se sobretudo ao facto de os municípios não praticarem os mesmos preços que as empresas privadas nos serviços que prestam à comunidade, nomeadamente na prestação de serviços sociais, culturais e desportivos, no fornecimento de Água e recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, porque o seu objectivo primário não é a obtenção do lucro, mas sim a satisfação do maior número de necessidades dos seus munícipes. -----

Poderemos ver de seguida a desagregação das receitas próprias por rubrica de despesa. -----

Estrutura das Receitas Próprias



Através da leitura do gráfico constatamos que 60% da receita própria diz respeito à venda de bens e prestação de serviços correntes, 28% aos impostos directos, 5% aos impostos indirectos, 4% a venda de bens de investimento, 3% às taxas, multas e outras penalidades. Os rendimentos de propriedade e as outras receitas correntes não têm qualquer expressão na receita própria. -----

Evolução das Receitas Próprias

Designação	2004	2005	Var. Abs	Var %
Impostos Directos	253.128,54 €	311.186,00 €	58.057,46 €	22,94%
Impostos Indirectos	23.629,55 €	57.398,12 €	33.768,57 €	142,91%
Taxas, multas e outras penalidades	23.166,98 €	32.402,99 €	9.236,01 €	39,87%

Rendimentos de Propriedade Venda de Bens e Serviços Correntes	6.731,58 €	4.131,88 €	-2.599,70 €	-38,62%
Venda de bens de investimento	660.697,11 €	670.010,84 €	9.313,73 €	1,41%
Outras Receitas Correntes	37.928,15 €	47.431,64 €	9.503,49 €	25,06%
Total Receita Própria	34.452,83 €	2.208,98 €	-32.243,85 €	-93,59%
	1.039.734,74 €	1.124.770,45 €	85.035,71 €	8,18%

Da análise dos dados verificamos que as receitas próprias tiveram uma evolução positiva de 2004 para 2005 no valor de 85.035,71€ a que corresponde a percentagem de 8,18%. Constatamos ainda que foram os impostos indirectos que tiveram a maior subida com cerca de 143%, seguindo-se as taxas, multas e outras penalidades com cerca de 40%, os impostos directos com cerca de 23%, a venda de bens de investimento com cerca de 25% e a venda de bens e serviços correntes com cerca de 1,5%. Podemos constatar, ainda, que houve evolução negativa nos rendimentos de propriedade e nas outras receitas correntes devido ao facto de não terem existido reembolsos de IVA no decorrer do ano de 2005.-----

Indicadores

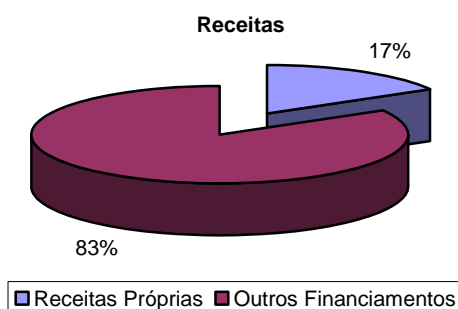
Indicadores	2004	2005
Receitas Próprias/Receita Total	19,18%	16,70%
Receitas Próprias/Despesa Total	19,27%	16,70%
Receitas Próprias por Km2	7.713,17 €	8.343,99 €
Receitas Próprias per capita	157,68 €	170,57 €

Dos indicadores constatamos que as receitas próprias diminuíram o seu peso em relação à receita total e à despesa total. Podemos ainda verificar que houve um aumento das receitas próprias por Km2 e também um aumento das receitas próprias per capita.-----

Outros Financiamentos -----

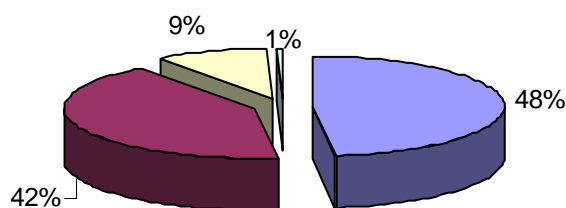
Estrutura dos Outros Financiamentos -----

Os Outros Financiamentos incluem os Fundos Municipais, os Fundos Comunitários, as Outras Transferências, o Recurso ao Crédito e as Reposições Não Abatidas aos Pagamentos. No ano económico de 2005 estes financiamentos representam 83% do total da receita arrecada, o que, confirmando os dados relatados anteriormente, reforça a elevada dependência externa que o Município tem na arrecadação de receitas.-----



Poderemos ver de seguida a desagregação dos outros financiamentos por rubrica de despesa.-----

Estrutura dos outros Financiamentos



■ Transferências Correntes ■ Transferências de Capital □ Passivos Financeiros □ Outras Receitas de Capital

Da análise do gráfico podemos verificar que 48% dos outros financiamentos dizem respeito às transferências correntes, 42% a transferências de capital, 9% a passivos financeiros e 1% a outras receitas de capital. -----

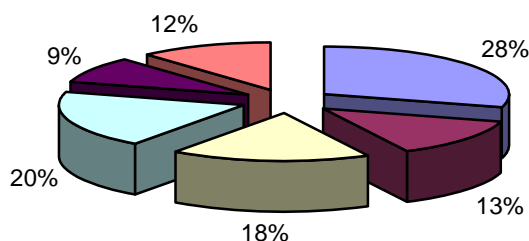
Evolução dos Outros Financiamentos

Designação	2004	2005	Var. Abs	Var %
Transferências Correntes	2.449.256,24 €	2.686.509,10 €	237.252,86 €	9,69%
Transferências de Capital	1.930.699,30 €	2.364.487,55 €	433.788,25 €	22,47%
Passivos Financeiros	0,00 €	525.467,64 €	525.467,64 €	
Outras Receitas Capital	0,00 €	28.698,31 €	28.698,31 €	
Total Outros Financiamentos	4.379.955,54 €	5.605.162,60 €	1.225.207,06 €	27,97%

A evolução dos Outros Financiamentos foi positiva em 1.225.207,06€e em termos percentuais – 27,97%, sendo que as rubricas que mais contribuíram para esse acréscimo foram os Passivos Financeiros devido à contratação de um novo empréstimo e as transferências de capital e correntes onde se incluem para além dos fundos municipais as participações comunitárias em projectos co-financiados. -----

Participação da Autarquia nos Impostos do Estado ----- Estrutura dos Fundos Municipais

Fundos Municipais



■ Fundo Geral Municipal Corrente ■ Fundo Coesão Municipal Corrente □ Fundo Base Municipal Corrente
■ Fundo Geral Municipal Capital ■ Fundo Coesão Municipal Capital □ Fundo Base Municipal Capital

Da análise do gráfico constatamos que é o Fundo Geral Municipal Corrente que maior participação tem no total dos Fundos Municipais com 28%. A nível dos Fundos Municipais de

Capital também é o Geral Municipal que detém o maior peso com 20%. De seguida aparece o Fundo Base Municipal Corrente com o peso de 18% e o Fundo Coesão Municipal Corrente com o peso de 13%. Por fim situam-se o Fundo Base Municipal Capital com o peso de 12% e o Fundo Coesão Municipal Capital com o peso de 9%.-----

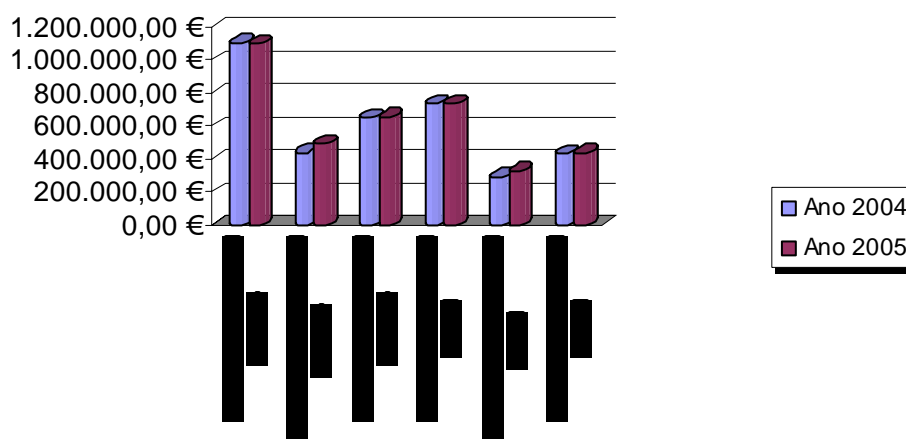
Evolução dos Fundos Municipais

Designação	2004	2005	Var.Abs	Var %
Fundo Geral Municipal Corrente	1.100.483,00 €	1.095.797,00 €	-4.686,00 €	-0,43%
Fundo Coesão Municipal Corrente	437.765,00 €	489.937,00 €	52.172,00 €	11,92%
Fundo Base Municipal Corrente	646.977,00 €	654.123,00 €	7.146,00 €	1,10%
Fundo Geral Municipal Capital	733.656,00 €	730.531,00 €	-3.125,00 €	-0,43%
Fundo Coesão Municipal Capital	291.844,00 €	326.624,00 €	34.780,00 €	11,92%
Fundo Base Municipal Capital	431.318,00 €	436.082,00 €	4.764,00 €	1,10%
Total Fundos Municipais	3.642.043,00 €	3.733.094,00 €	91.051,00 €	2,50%

Globalmente, os fundos municipais tiveram um aumento de 2,50%, no entanto o maior aumento ficou a dever-se ao Fundo de Coesão Municipal Corrente e de Capital. De registar ainda a ligeira diminuição do Fundo Geral Municipal.-----

Podemos ver no gráfico seguinte a evolução dos Fundos Municipais de 2004 para 2005. -----

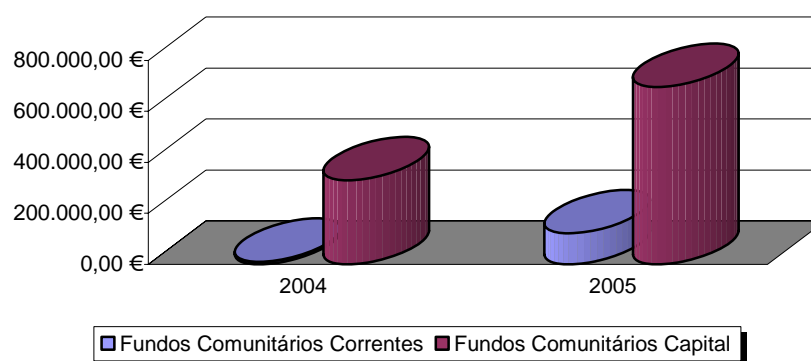
Evolução dos Fundos Municipais



Fundos Comunitários

Designação	2004	2005	Var.Abs	Var %
Fundos Comunitários Correntes	10.192,89 €	122.180,38 €	111.987,49	1098,68%
Fundos Comunitários Capital	330.110,48 €	696.382,85 €	366.272,37	110,95%
Total dos Fundos Comunitários	340.303,37	818.563,23	478.259,86	140,54%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos fundos comunitários do ano 2004 para o ano 2005.-----

Evolução dos Fundos Comunitários

Constata-se um aumento global de 140,54% nos Fundos Comunitários em 2005, sendo que os Correntes tiveram um aumento de 1098,68%, devido à execução do Projecto Agris, e os de Capital tiveram um acréscimo de 110,95%, que se deve essencialmente à execução de algumas obras financiadas, nomeadamente da Biblioteca e Auditório Municipal, Captações de Água, Parque Multiusos, Saneamento das Cerejeiras e Recuperação de Aldeias – Ferraria São João. ----

Endividamento Autárquico -----**Curto Prazo**-----

Relativamente a empréstimos de curto prazo o Município, tal como em 2003 e em 2004, não recorreu a este tipo de receita. -----

Médio e Longo Prazo -----

Relativamente a empréstimos de médio e longo prazo, o Município, no ano de 2004, não recorreu a este tipo de receita, enquanto no ano de 2005 arrecadou 525.467,64€ -----

Designação	2003	2004	Var.Abs
Passivos Financeiros	0,00 €	525.467,64 €	525.467,64€
Total dos Passivos Financeiros	0,00€	525.467,64€	525.467,64€

Indicadores

Indicadores	2004	2005
Outros Financiamentos/Receita Total	80,80%	83,22%
Outros Financiamentos/Despesa Total	81,16%	83,22%
Outros Financiamentos por Km2	32.492,25 €	41.581,32 €
Outros Financiamentos per capita	664,23 €	850,04 €
Fundos Municipais/Receita Total	67,18%	55,43%
Fundos Municipais/Despesa Total	67,48%	55,43%
Fundos Municipais por Km2	27.018,12 €	27.693,58 €
Fundos Municipais per capita	552,33 €	566,13 €

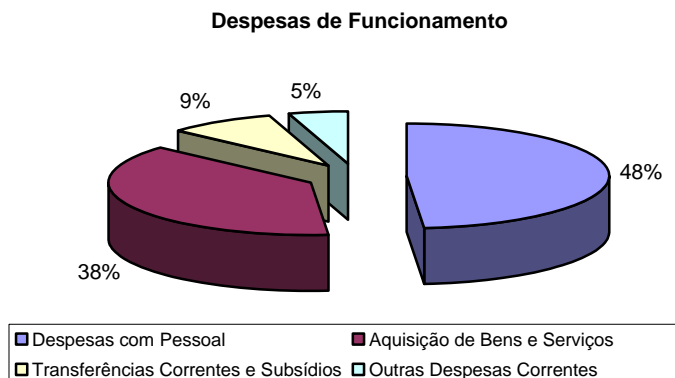
Dos indicadores acima referidos constatamos que os outros financiamentos aumentaram o seu peso, tanto em relação à receita total, como em relação à despesa total. Podemos ainda verificar que houve um aumento dos outros financiamentos por Km2 e, também, per capita.-----

Quanto aos fundos Municipais verifica-se uma diminuição do seu peso em relação à receita e à despesa totais e um aumento por Km2 e per capita. -----

Aplicação dos Recursos Financeiros

Estrutura das Despesas de Funcionamento

Estrutura das Despesas de funcionamento

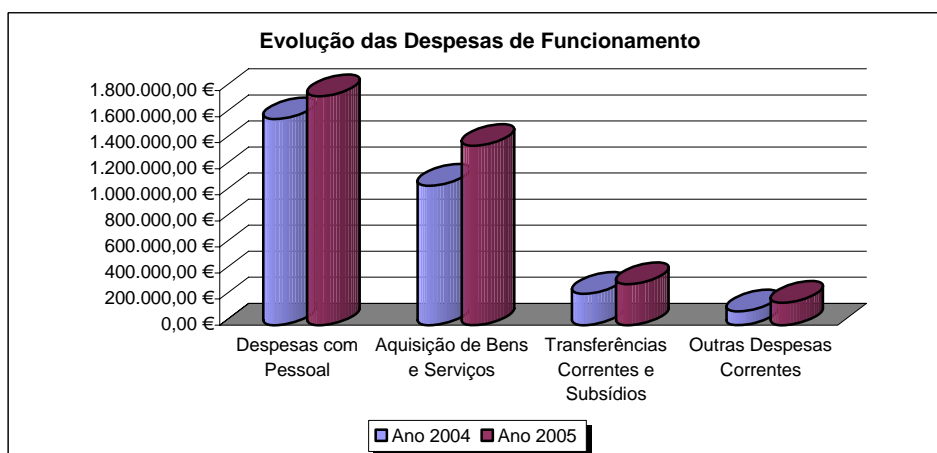


Em qualquer organização existe um conjunto de despesas consideradas essenciais para o funcionamento da entidade, que coincidem quase todas com as despesas correntes. Excluem-se os encargos financeiros com o serviço da dívida, bem como as despesas com a execução de projectos efectuados por Administração Directa. Da análise do gráfico constatamos que 48% das despesas de funcionamento dizem respeito às despesas com pessoal, 38% à aquisição de bens e serviço, 9% às transferências e subsídios e 5% às outras despesas correntes.

Evolução das Despesas de Funcionamento

Descrição	2004	2005	Var Abs.	D/T
Despesas com Pessoal	1.581.228,29 €	1.756.171,17 €	174.942,88 €	28,16%
Aquisição de Bens e Serviços	1.069.133,62 €	1.376.567,04 €	307.433,42 €	49,48%
Transferências Correntes e Subsídios	240.097,17 €	312.373,12 €	72.275,95 €	11,63%
Outras Despesas Correntes	104.363,43 €	171.030,80 €	66.667,37 €	10,73%
Total	2.994.822,51 €	3.616.142,13 €	621.319,62 €	100,00%

Poderemos ver no gráfico seguinte a evolução das despesas de funcionamento de 2004 para 2005.



Da análise dos dados verificamos que o aumento mais significativo na estrutura das despesas de funcionamento se deve ao aumento de 307.433,42€ verificado nas rubricas de aquisição de bens e serviços, que representa um peso de cerca de 50% das despesas de funcionamento. Em seguida estão as despesas com pessoal, com um acréscimo de 174.942,88 € que representam um peso de cerca de 28% das despesas de funcionamento. As transferências e subsídios e as outras despesas correntes apresentam um acréscimo de 72.275,95 € e de 66.667,37 € respectivamente ao qual corresponde o peso de cerca de 11% em cada uma.-----

Indicadores -----

De seguida apresentamos um quadro com a evolução de alguns indicadores das Despesas de Funcionamento. -----

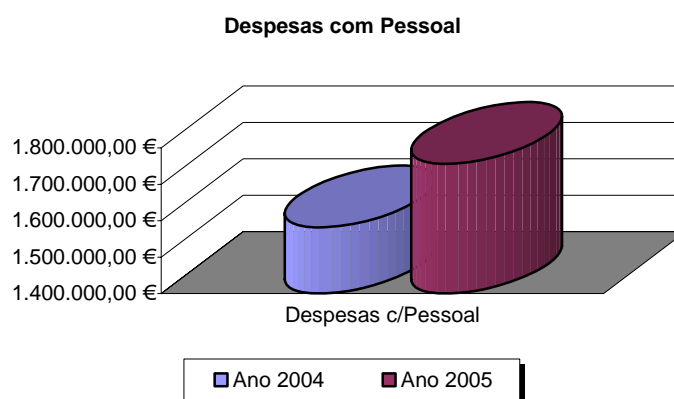
Indicadores	2004	2005
Despesas de Funcionamento/Receitas Correntes	86,78%	96,08%
Despesas de Funcionamento/Despesas Correntes	99,30%	99,38%
Despesas de Funcionamento/Despesas Totais	55,30%	53,69%
Despesas de Funcionamento por Km2	22.216,78 €	26.825,98 €
Despesa de Funcionamento per capita	454,17 €	548,40 €

Da análise dos indicadores apresentados constatamos que o Município apresenta elevadas despesas de funcionamento, e que estas, no ano 2005, representam quase 100% das receitas correntes e das despesas correntes. Ao nível das despesas totais cerca de 54% das despesas são absorvidas por despesas de funcionamento.-----

Despesas com Pessoal-----

Evolução das Despesas com Pessoal

Descrição	2004	2005	Var Abs.	Var (%)
Despesas c/Pessoal	1.581.228,29 €	1.756.171,17 €	174.942,88 €	11,06%



A rubrica despesas com pessoal cresceu em termos absolutos 174.942,88€ correspondendo a um aumento de 11,06%. Este aumento deve-se essencialmente, aos aumentos verificados na função pública e à contratação de pessoal para fazer face à transferência de Competências da Administração Central para a Local, nomeadamente, na área da Educação, com a necessidade de contratação de auxiliares para os estabelecimentos de ensino do Pré – Escolar e do 1º Ciclo.-----

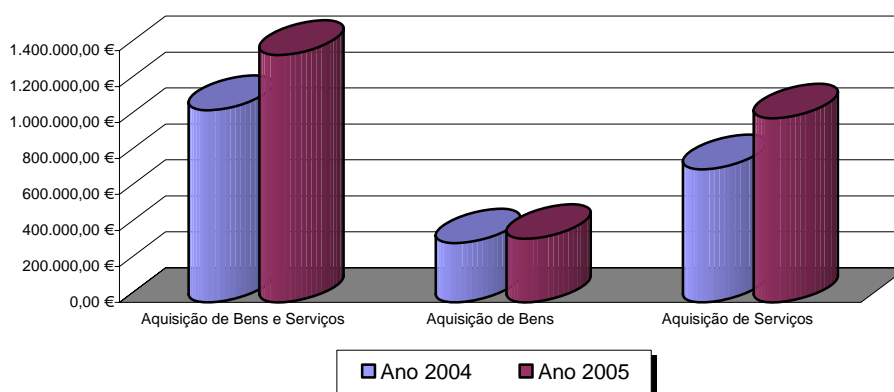
Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2004	2005
Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	45,82%	46,66%
Despesas com Pessaol/Despesas Correntes	52,43%	48,26%
Despesas com Pessoal/Despesas Totais	29,20%	26,08%
Despesas com Pessoal por Km2	11.730,18 €	13.027,98 €
Despesas com Pessoal per capita	239,80 €	266,33 €

Da análise dos indicadores e tal como já referimos anteriormente, a rubrica das despesas com pessoal tem um peso significativo nesta organização. O peso das despesas com pessoal na despesa total diminuiu de 29% em 2004 para cerca de 26% em 2005. -----

Aquisição de bens e serviços -----**Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços**

Descrição	2004	2005	Var Abs.	Var (%)
Aquisição de Bens e Serviços	1.069.133,62 €	1.376.567,04 €	307.433,42 €	28,76%
Aquisição de Bens	328.859,31 €	353.388,02 €	24.528,71 €	7,46%
Aquisição de Serviços	740.274,31 €	1.023.179,02 €	282.904,71 €	38,22%



Da análise do gráfico e dos dados apresentados verificamos que o aumento de 28,76% verificado na rubrica da aquisição de bens e serviços, tem a sua origem mais significativa nas despesas com aquisição de serviços que apresenta uma variação de 38,22%, correspondente a 282.904,71€ Como já foi referido, este acréscimo resulta essencialmente da execução da rubrica de silvicultura preventiva do projecto Agris. A aquisição de bens apresenta um aumento de 7,46% com o valor de 24.528,71€-----

Indicadores de Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2004	2005
Despesas c/ Aquisição de bens e serviços/Receitas Correntes	30,98%	36,57%
Despesas c/ Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	35,45%	37,83%
Despesas c/ Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Totais	19,74%	20,44%
Despesas c/ Aquisição de bens e Serviços por Km2	7.931,26 €	10.211,92 €
Despesas c/ Aquisição de Bens e Serviços per capita	162,14 €	208,76 €

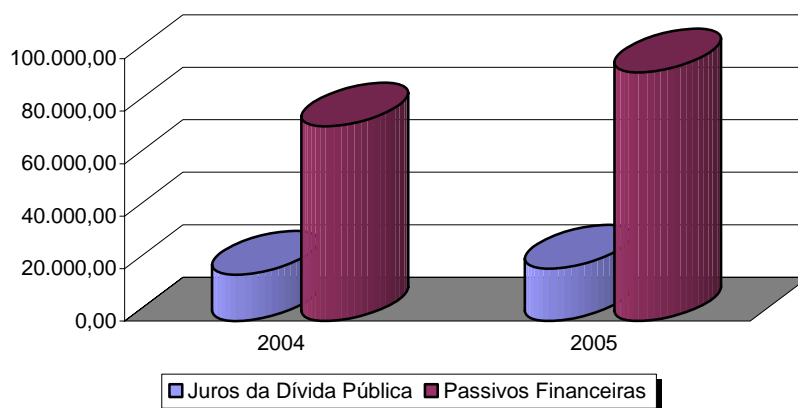
Da análise dos indicadores verificamos, como já referimos anteriormente, que houve um aumento das aquisições de bens e serviços, sendo que, estas despesas absorvem 36,57% das receitas correntes e 37,83% das despesas correntes. As despesas com a aquisição de bens e serviços correntes absorvem ainda 20,44% das despesas totais do Município em 2005. -----

Serviço da Dívida -----

Evolução do Serviço da Dívida

Descrição	2004	2005	Var Abs.	Var (%)
Juros da Dívida Pública	17.683,16	19.975,28	2.292,12	12,96%
Passivos Financeiras	74.145,82 €	94.783,97 €	20.638,15	27,83%

No gráfico seguinte encontra-se representada a evolução do serviço da dívida de 2004 para 2005.



O Serviço da Dívida, constituído pelas despesas decorrentes do financiamento da actividade da autarquia no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos a médio e longo prazo, teve um acréscimo nos juros da dívida pública de 12,96% e nos passivos financeiros 27,83%. -----

Indicadores de Despesas com o Serviço da Dívida

Indicadores	2004	2005
Despesas c/ Serviço da Dívida/Receitas Correntes	2,66%	3,05%
Despesas c/ Serviços da Dívida/Despesas Correntes	3,04%	3,15%
Despesas c/ Serviços da Dívida/Despesas Totais	1,70%	1,70%
Despesas c/ Serviço da Dívida por Km2	681,22 €	851,33 €
Despesas c/ Serviço da Dívida per capita	13,93 €	17,40 €

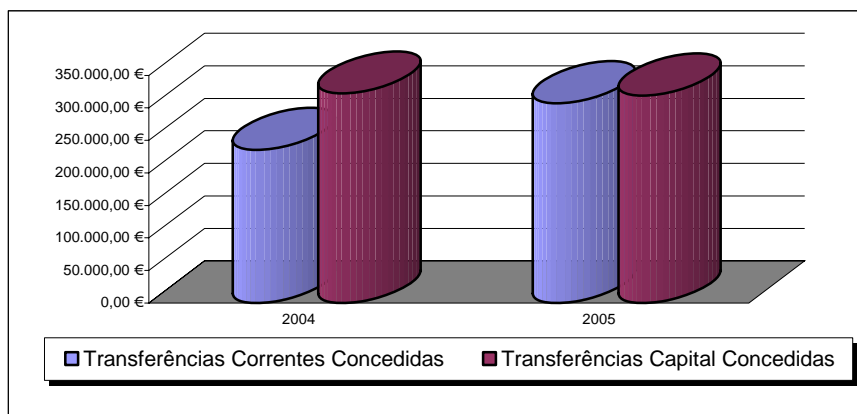
Podemos verificar que as despesas com o serviço da dívida representam 3,05% das receitas correntes e 3,15% das despesas correntes. Em relação ao total da despesa, o serviço da dívida absorve 1,70%. -----

Apoios Concedidos a Terceiros -----

Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Descrição	2004	2005	Var Abs.	Var (%)
Transferências Correntes Concedidas	235.497,17 €	307.023,12 €	71.525,95 €	30,37%
Transferências Capital Concedidas	322.174,94 €	318.855,60 €	-3.319,34 €	-1,03%

Podemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos apoios concedidos a terceiros de 2004 para 2005. -----



Os apoios concedidos a terceiros pelo Município consistiram em transferências correntes e de capital. Sendo que as transferências correntes compreendem as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário. Encontram-se nesta situação as transferências para apoios ao normal funcionamento das associações e realização de atividades. As de capital destinam-se ao financiamento de despesas de capital das unidades receptoras. Encontram-se nesta situação as transferências para obras nas sedes de associações, recuperação do património cultural construído, etc. -----

Indicadores

Indicadores	2004	2005
Apoios Concedidos/Receitas Totais	10,29%	9,29%
Apoios Concedidos/Despesas Totais	10,30%	9,29%
Apoios Concedidos por Km2	4.137,03 €	4.643,02 €
Apoios Concedidos per capita	84,57 €	94,92 €

Os apoios concedidos representam 9,29% das receitas totais e das despesas totais. De salientar ainda que os apoios concedidos a terceiros diminuíram o seu peso em relação aos totais da receita e da despesa do ano 2004 para 2005. -----

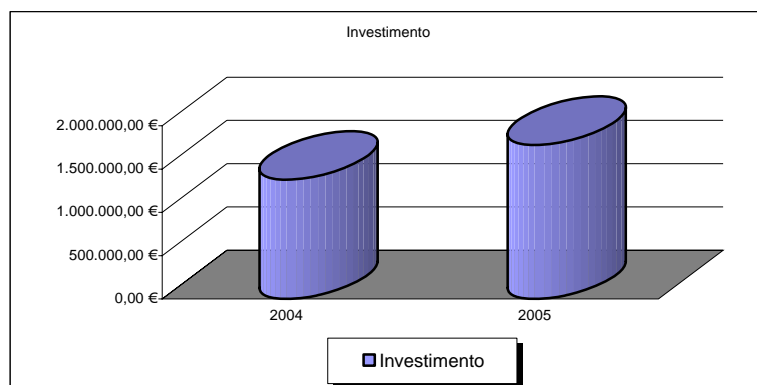
Investimento da Autarquia -----

Evolução do Investimento -----

Inclui as despesas destinadas a aumentar o capital fixo do Município, através da aquisição e construção de bens de investimento.

Descrição	2004	2005	Var Abs.	Var (%)
Investimento	1.376.842,12 €	1.778.743,78 €	401.901,66 €	29,19%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução do investimento de 2004 para 2005. -----



Houve um aumento do investimento em 401.901,66€ a que corresponde uma variação de cerca de 30% do ano 2004 para o de 2005.-----

Indicadores

Indicadores	2004	2005
Investimento/Receitas Totais	25,40%	26,41%
Investimento /Despesas Totais	25,42%	26,41%
Investimento /Receitas Capital	69,89%	59,86%
Investimento /Despesas Capital	57,37%	57,45%
Investimento por Km2	10.213,96 €	13.195,43 €
Investimento per capita	208,80 €	269,75 €

Da análise do quadro constatamos que o investimento absorve 26,41% das receitas e das despesas totais. O investimento absorve ainda 59,86% das receitas de capital e 57,45% das despesas de capital.-----

Evolução e Estrutura das GOP's por Objectivos e Programas -----

Não se esgotando a análise económica do desempenho do Município no grau de execução das diversas obras, é inquestionável que esta se afigura indispensável a uma análise sectorial da despesa municipal, como forma de aferir quais os Objectivos e Programas abrangidas pela actividade municipal.-----

Nos Quadros seguinte poderemos observar um resumo dos montantes previstos e executados por objectivo, com as respectivas taxas de execução e peso relativo da execução de cada um no total da despesa inscrita nos documentos previsionais.-----

Execução das Grandes Opções do Plano por Objectivo				
Objectivo	Dotação Prevista	Montante Executado	% Montante Executado / Dotação Prevista	% Montante Executado / Total Executado
Educação	978.812,00 €	618.743,61 €	63,21%	15,08%
Cultura	1.623.000,00 €	933.711,87 €	57,53%	22,75%
Desporto e Tempos Livres	482.500,00 €	261.572,54 €	54,21%	6,37%
Solidariedade e protecção Social	282.000,00 €	187.393,89 €	66,45%	4,57%
Planeamento e	459.000,00 €	64.293,49 €	14,01%	1,57%

Urbanismo				
Infra-estruturas Básicas	2.040.421,47 €	760.245,35 €	37,26%	18,53%
Desenvolvimento Económico	1.813.350,00 €	602.828,03 €	33,24%	14,69%
Ambiente e Qualidade de Vida	152.500,00 €	131.259,68 €	86,07%	3,20%
Associativismo	62.998,20 €	52.179,56 €	82,83%	1,27%
Edifícios Municipais	662.000,00 €	213.448,88 €	32,24%	5,20%
Conservação e Aprovisionamento dos Serviços Municipais	379.750,00 €	277.810,11 €	73,16%	6,77%
Total 2005	8.936.331,67 €	4.103.487,01 €	45,92%	100,00%

Da análise do quadro anterior podemos verificar quais as taxas de execução dos objectivos bem como qual o peso de cada um relativamente ao total executado no ano de 2005. Assim, podemos verificar que, relativamente ao montante executado os objectivos que mais peso representam são: a Cultura, Infra-estruturas Básicas, Educação e Desenvolvimento Económico. ----- De seguida apresentamos um quadro resumo da execução do Plano Plurianual Investimentos por Objectivos:-----

Execução do Plano Plurianual de Investimentos por Objectivo				
Objectivo	Dotação Prevista	Montante Executado	% do Montante Executado / Dotação Prevista	% do Montante Executado / Total Executado
Educação	351.650,00 €	234.061,65 €	66,56%	8,73%
Cultura	1.436.500,00 €	831.998,77 €	57,92%	31,02%
Desporto e Tempos Livres	340.000,00 €	141.479,98 €	41,61%	5,27%
Solidariedade e protecção Social	10.000,00 €	1.467,41 €	14,67%	0,05%
Planeamento e Urbanismo	373.000,00 €	43.419,88 €	11,64%	1,62%
Infraestruturas Básicas	1.961.883,47 €	740.966,71 €	37,77%	27,62%
Desenvolvimento Económico	1.299.100,00 €	260.619,87 €	20,06%	9,72%
Ambiente e Qualidade de Vida	17.000,00 €	10.467,24 €	61,57%	0,39%
Edifícios Municipais	661.000,00 €	213.448,88 €	32,29%	7,96%
Conservação e Aprov. Serviços Municipais	268.750,00 €	204.550,54 €	76,11%	7,63%
Total 2005	6.718.883,47 €	2.682.480,93 €	39,92%	100,00%

Execução das Actividades mais Relevantes por Objectivo				
Objectivo	Dotação Prevista	Montante Executado	% do Montante Executado / Dotação Prevista	% do Montante Executado / Total Executado
Educação	627.162,00 €	384.681,96 €	61,34%	27,07%
Cultura	186.500,00 €	101.713,10 €	54,54%	7,16%
Desporto e Tempos Livres	142.500,00 €	120.092,56 €	84,28%	8,45%
Solidariedade e Protecção Social	272.000,00 €	185.926,48 €	68,36%	13,08%
Planeamento e Urbanismo	86.000,00 €	20.873,61 €	24,27%	1,47%
Infraestruturas Básicas	78.538,00 €	19.278,64 €	24,55%	1,36%
Desenvolvimento Económico	514.250,00 €	342.208,16 €	66,55%	24,08%
Ambiente e Qualidade de Vida	135.500,00 €	120.792,44 €	89,15%	8,50%
Associativismo	62.998,20 €	52.179,56 €	82,83%	3,67%
Edifícios Municipais	1.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Conservação e Aprov. Serviços Municipais	111.000,00 €	73.259,57 €	66,00%	5,16%
Total 2005	2.217.448,20 €	1.421.006,08 €	64,08%	100,00%

Importa deixar aqui uma breve reflexão sobre o desempenho ao nível de cada um dos Objectivos.

Educação-----
Constata-se que este objectivo assume a 3ª posição em termos de maior peso no total das GOP (15,8%). Merece especial destaque a reabilitação da Escola do 1º CEB de Fetais Cimeiros, a conclusão do Jardim de Infância de Penela e do Refeitório e Sala Polivalente da EB da Cumieira, o apoio à construção do Pólo de Penela da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, as diversas reparações ao nível das Escolas do 1º ciclo e dos Jardins de Infância, o fornecimento de refeições em todos os estabelecimentos de ensino, a aquisição de equipamento informático para as Escolas do 1º ciclo e os transportes escolares para os diversos estabelecimentos de ensino do concelho. - Para além das intervenções de nível físico, refira-se, pela sua grande importância no contexto do apoio às famílias, a abertura do prolongamento de horário no Jardim de Infância da Cumieira, concluindo assim o fecho da rede, ou seja, todos os Jardins de infância do concelho têm hoje um horário de funcionamento que se estende aquém e além do horário lectivo. -----
Mantivemos em funcionamento o Espaço Internet, em Penela, proporcionando o acesso gratuito a dezenas de utilizadores diariamente. -----
Ao abrigo de candidatura aprovada pelo PRODEP III, instalámos nas Escolas do 1º CEB com mais de 10 alunos, um computador e uma impressora por sala de aula, e adquirimos software educacional no valor de 200,00 €por sala de aula. -----
Colocámos linhas analógicas de telefone fixo em todas as escolas do 1º CEB e migrámos a respectiva ligação de Internet para Banda Larga, garantindo a todas as crianças do concelho o acesso às TIC. -----
Celebrámos com a Escola Superior de Educação de Coimbra um Protocolo de Colaboração para dinamização e formação em TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação – dos professores e alunos do 1º ciclo. -----
Mantivemos a parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Penela no âmbito da prestação de serviços de ATL em algumas escolas do 1º ciclo.-----

Mantivemos o serviço de refeições continuando assim a garantir a todas as crianças que frequentam os estabelecimentos de ensino do concelho uma refeição quente. -----
Tempo ainda para referenciar, sucintamente, algumas actividades desenvolvidas em parceria com os diversos estabelecimentos de ensino:-----

- Realização do Cortejo de Carnaval;-----
- Comemoração do Dia Mundial da Árvore;-----
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;-----
- Comemoração do Dia Mundial do Ambiente;-----
- Colaboração na Festa de S. João, organizada pela EBI Infante D. Pedro;-----
- Realização de transportes com os autocarros da Câmara para visitas de estudo das crianças dos Jardins de Infância, das Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e da Escola Básica Integrada Infante D. Pedro.-----

Cultura-----

Este objectivo com uma realização relativa de 22,75% tem o seu expoente máximo de realização física na conclusão da Biblioteca e Auditório Municipal, equipamentos que constituem uma inequívoca mais valia para o concelho, ao proporcionarem às populações um vasto conjunto de actividades de âmbito cultural que de outro modo eram praticamente impossíveis.-----

No âmbito deste objectivo importa referenciar, ainda, pela sua importância para o desenvolvimento integrado do concelho a contínua melhoria do Espaço Museu e da Estação Arqueológica da Villa Romana do Rabaçal (obras na estação e equipamento para o Museu), o apoio à realização de actividades de carácter cultural e recreativo e o apoio à recuperação de património cultural construído.-----

Sem ser exaustivo, importa reportar aqui algumas das iniciativas realizadas ao longo do ano. A saber:-----

- Conclusão da obra de construção civil, aquisição do mobiliário e elaboração do projecto informático para a **Biblioteca e Auditório Municipal de Penela**;-----
- Organização e realização da **Hora do Conto** – um espaço e um tempo de contos e histórias, de momentos de lazer e entretenimento para as crianças com idades entre os 3 e os 10 anos, que decorre todos os sábados a partir das 10:30 até às 12:30.-----
- Participação, ao nível da definição e inventariação de sítios, nos trabalhos preparatórios de criação de circuitos pedestres de âmbito cultural;-----
- Organização do programa anual “**Inverno Cultural 2005**”, que se iniciou no CDRP a 29 de Janeiro e encerrou a 25 de Abril, com o **III Encontro das Associações Concelhias**, percorrendo ao longo destes três meses 15 diferentes sedes de Associações Concelhias;--
- Organização e montagem das Exposições «**Os vidros de ontem e de hoje**», com o apoio da Mglass - Marinha Grande, que decorreu de 24 de Março a 20 de Abril, no Espaço Internet, em Penela e de 09 de Fevereiro a 20 de Março, no Espaço-Museu da Villa Romana do Rabaçal;-----
- Organização de **Cursos Sócio-Educativos** que decorreram de Fevereiro a Abril, nas instalações das associações culturais e recreativas de Cumieira, Podentes, Rabaçal e Viavai, bem como no Mini-auditório da Câmara Municipal em Penela;-----
- Participação na «**Conferência das cidades do Sannio e suas gemações – A construção da Comunidade Europeia e o rol dos institutos locais: confronto das experiências**», com a presença de delegações de Airola e Morcone (Itália), Saint Maxim L’Ecole (França) e Penela, realizada a 26 e 27 de Setembro, em Benevento – Itália;-----
- Renovação do protocolo de colaboração com a ADFP - Miranda do Corvo, para promoção da leitura com a **Biblioteca Itinerante**, em locais como Rabaçal, Cumieira, Grocinas, Ferrarias, Cerejeiras, Santo Amaro, São Sebastião, Penela e Espinhal;-----

- Aquisição de equipamento para o laboratório e reserva do **Espaço-Museu da Villa Romana do Rabaçal**;-----
- Concepção e elaboração do “**Caderno Cultural – Agenda de eventos do Concelho de Penela**”;-----
- Acompanhamento dos trabalhos arqueológicos realizados na obra de reabilitação e beneficiação do **Castelo de Penela**;-----
- Acompanhamento e escavação arqueológica da EN 347 – 1, no Rabaçal;-----
- Inauguração do **CISED – Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça**, elaboração do respectivo Plano de Actividades para os anos 2006/2007 e concepção, organização e montagem da exposição «**O carso e os recursos espeleológicos do Concelho de Penela**»;-----
- Realização da **Semana do Livro e da Cultura** que decorreu de 23 a 29 de Abril com diversas actividades, como sejam, a feira do livro, peças de teatro, casa do ambiente, exposições e mostra de artesanato;-----
- Organização das comemorações do 31º Aniversário do **25 de Abril**, que incluiu a Festa das Associações Concelhias no Pavilhão Multiusos;-----
- Avaliação, selecção e conservação de livros pertença desta Câmara Municipal, destinados à **Biblioteca Municipal** e de Fundos Documentais destinados ao **Arquivo Municipal**;---
- Continuação da colaboração com o movimento associativo, através do apoio à recuperação das **Sedes de Associações**, como por exemplo: Associação Cultural de Grocinas; Comissão de Melhoramentos de São Sebastião, Centro Cultural de Chainça e Camarinha, Centro Social e Polivalente do Rabaçal e Centro Cultural de Viavai;-----
- Subsídio anual para apoio ao normal funcionamento das diversas Associações Concelhias, como por exemplo: Filarmónicas; Ranchos Folclóricos, Grupos de Teatro, Grupos de Música Popular, etc;-----
- Apoio à **recuperação do património cultural construído**, através de subsídios às Comissões Fabriqueiras para obras em capelas, igrejas e respectiva área envolvente, como por exemplo: Cumieira, São João do Deserto, Chanca, Calvário do Espinhal, Cerejeiras, Nossa Senhora da Glória, Carvalhais, Santo António do Convento e Fetais Cimeiros;-----
- Apoio à recuperação de **fontanários e alminhas** ao longo de toda a área concelhia, em parceria com as Juntas de Freguesia;-----
- Comemorações do **Dia Internacional dos Museus**, com o lançamento do catálogo, em Inglês, da Villa Romana do Rabaçal e, ainda, com a exposição «As Estações do Ano nos Mosaicos Romanos em Portugal»;-----
- Organização do “**Torneio Concelhio de Jogos Tradicionais**”, que decorreu durante o mês de Maio em Rabaçal, Cumieira, Espinhal e Alfagar, em colaboração com as respectivas associações locais;-----
- Elaboração do caderno de encargos e início da obra de consolidação de estruturas da área residencial da **Villa Romana do Rabaçal**, com o apoio do World Monument Fund e do cartão «American Express»;-----
- Continuação do acompanhamento da obra de «**Recuperação e Beneficiação do Castelo de Penela, Reabilitação da Casa Paroquial e Museu Arte Sacra**»;-----
- Campanha Anual de Trabalhos Arqueológicos na **Villa Romana do Rabaçal**, que decorreu durante o mês de Julho;-----
- Realização do III Workshop Internacional da Villa Romana do Rabaçal, subordinado ao tema «**Metodologias de Conservação e Restauro de Mosaicos Romanos in situ**», durante o mês de Julho, com a participação de especialistas Portugueses, Italianos e

Suíços;-----

- Organização da **Feira do Mel do Espinhal**, em parceria com a Junta de Freguesia do Espinhal e da SERRAMEL – Associação de Apicultores da Serra do Espinhal; -----
- Lançamento do livro «**A arte sempre nova nos mosaicos romanos das estações do ano em Portugal**», um estudo pioneiro da equipa de trabalho da Villa Romana do Rabaçal sobre os mosaicos romanos em Portugal;-----
- Organização da Feira Anual de **S. Miguel** e da **FAGRIP 2005**; -----
- Concepção, organização e montagem da exposição colectiva de pintura de autores concelhios - “**PENELARTE 2005**”, que decorreu no período compreendido entre 24 de Setembro e 20 de Outubro, no Espaço Internet, Loja do Mercado Municipal de Penela e no Espaço-Museu da Villa Romana do Rabaçal; -----
- Concepção e organização de **visitas guiadas** à Villa Romana do Rabaçal (o número de visitantes em 2005 foi de 3386), aos Castelos de Penela e do Germanelo e, ainda, às Vilas de Penela e Espinhal;-----
- Organização da Exposição «**Rota dos Artes - Encontro Regional de Arte Contemporânea**», com o apoio da ARCA, que se realizou no período de 23 de Abril a 21 de Maio de 2005; -----
- Organização (em parceria) e participação no **X Colóquio da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo (AIEMA)**, que se realizou em Portugal entre 29 de Outubro e 3 de Novembro, com a presença em Penela, durante um dia inteiro, dos melhores especialistas mundiais do Mosaico Romano;-----
- Celebração do Protocolo de cedência (direito de uso e superfície) do **Castelo de Germanelo**, por um período de 20 anos, prorrogável por igual período, com vista à sua valorização e promoção no contexto cultural e turístico do Município e da região; -----
- Elaboração do caderno de encargos, do processo de concurso e apoio técnico e arqueológico para acompanhamento dos trabalhos de «**Recuperação da Capela do Convento de Santo António de Penela**». -----
- Divulgação da **Villa Romana do Rabaçal** através da edição de uma colecção de 10 motivos alusivos a este monumento estampados em saquetas de açúcar, com o patrocínio da Delta Cafés;-----
- Organização e realização de **espectáculos musicais** em Penela e Espinhal; -----
- Organização, em parceria com a Associação de Caçadores do Concelho de Penela, do **3º Concurso Canino de Penela e 24ª Exposição Canina de Especialistas de Rottweilers**, em 13 de Novembro -----
- Execução de vedação em madeira na área envolvente às **represas naturais da Louçainha**;-----

Desporto e Tempos Livres-----

Embora com uma realização que pouco ultrapassa os 6% das GOP, este objectivo, pelas suas características, tem um alcance efectivo que se projecta muito para além daquilo que os números deixam transparecer, desde logo porque se trata de uma área de actuação municipal cujo êxito assenta num vasto conjunto de acções imateriais.-----

Ainda assim, porque para o desenvolvimento da actividade desportiva é necessário existirem infraestruturas capazes de a acolherem e de proporcionarem condições mínimas à sua prática, foi efectuada a reabilitação dos campos de futebol de Podentes e de Penela e construído um polidesportivo no Espinhal, no âmbito do arranjo urbanístico da Quinta da Cerca. -----

Ainda no âmbito das diversas actividades realizadas pelo Município ou, pelo menos, por ele participadas, importa referir: -----

- Dinamização da utilização do **Parque Multiusos – Desporto, Cultura e Exposições** e da **Piscina Municipal**, enquanto principais instalações desportivas in-door existentes no concelho;-----
- Realização de transportes para a participação dos alunos da EBI no Programa de **Desporto Escolar**;-----
- Apoio financeiro e material - com a cedência do Parque Multiusos – Desporto, Cultura e Exposições – para a realização pelo Clube Desportivo e Recreativo Penelense dos diversos **Torneios Nacionais de Sueca**, que tanta projecção mediática têm dado ao Município; -----
- Apoio à participação competitiva das equipas de futebol da **Associação Cultural e Recreativa de Podentes** e do **Clube Desportivo e Recreativo Penelense** através do fornecimento de transportes nos autocarros do Município; -----
- Organização e realização das **férias desportivas** para todas as crianças do concelho; -----
- Realização de torneios e multiactividades nas tardes de 4ª feira e ao Sábado, com a iniciação e dinamização de novas modalidades, como sejam: **Street-Hóquei, Ténis, Badminton, Voleibol, Ténis de Mesa, Kayak-Polo, Natação, Atletismo, Gincana, Andebol, Hóquei em Campo, Basquetebol, Canoagem**, etc.; -----
- Realização de diversas actividades de que destacamos: -----
 - **Torneios de Futsal** em diversos locais do concelho e para diversos escalões etários; -
 - **Percursos pedestres** como incentivo à partilha da natureza;-----
 - Passeios de **BTT**; -----
 - Comemorações do 5º Aniversário do **Centro de Formação Desportiva de Penela – Andebol**, com a realização de um encontro e um torneio da modalidade; -----
 - **12 HORAS NON STOP**;-----
 - Colóquio “**Hábitos Alimentares para o Desportista e Cidadão em Geral**”; -----
 - Torneio Convívio “**Velhas Guardas da Páscoa**”, em futebol de 11;-----
 - **Curso de Monitores de Desporto para a 3ª Idade**; -----
 - **Torneio de Futsal intra-concelhio** – Dinamização dos Polidesportivos do concelho;
 - **Encontros de Jogos Tradicionais** inter-associações culturais e recreativas; -----
 - **Passeio de Cicloturismo do 25 de Abril**;-----
 - **Torneio Regional de Gira-Volei**;-----
 - **Semana do Desporto – da Mobilidade – do Coração**; -----
 - **Ginástica na Praça**;-----
 - **Canoagem** – Descida do Rio;-----
 - **Ginástica na Piscina**;-----
 - Comemorações do **13º Aniversário da Piscina Municipal**; -----
 - **Torneio Internacional de Voleibol**.-----
 - **Estágio Internacional de Aikido**; -----

Solidariedade e Protecção Social-----

É um objectivo que, pelas áreas de intervenção que engloba – Acção Social, Saúde e Protecção Civil – apresenta uma maior dependência da existência de parcerias, quer com instituições particulares quer com os organismos da Administração Central, o que remete o desempenho municipal para uma situação de quase refém das políticas nacionais a este nível.-----

É assim quanto à Saúde no que à construção de infra-estruturas diz respeito – de que é exemplo a Extensão de Saúde da Cumieira, mas é igualmente assim no caso da Acção Social em que a grande maioria das acções possíveis estão dependentes da existência de instrumentos e recursos que só a Administração Central pode definir e disponibilizar. -----

Neste objectivo merecem destaque as parcerias celebradas com instituições no âmbito do combate à exclusão social, através nomeadamente da beneficiação de habitações, e os apoios concedidos à construção do Lar de Idosos da Fundação Oliveira Guimarães – Espinhal, ao funcionamento dos Bombeiros Voluntários de Penela e à aquisição de viaturas de combate a incêndios por esta associação humanitária. -----

Planeamento e Urbanismo-----

Por razões que decorrem, desde logo, da extrema complexidade revelada pelo processo, demasiado longo, de revisão do PDM e também da excessiva morosidade verificada na elaboração dos Planos de urbanização da Cumieira, de Podentes e do Rabaçal, este objectivo ficou muito aquém das expectativas, quedando-se pela reabilitação urbana da zona central do Rabaçal e pela ampliação de algumas redes de baixa tensão e iluminação pública. -----

Infra Estruturas Básicas-----

Neste objectivo, o mais representativo, numa perspectiva de investimento, com 18,5% do total das GOP, verifica-se que o grande volume da despesa (cerca de 60%) foi realizada no Programa de Comunicações e Transportes, onde pontificam por ordem do valor da despesa, a pavimentação e repavimentação de diversos arruamentos, o alargamento da rede viária municipal, a reparação e conservação de vias, o alargamento da Ponte da Boiça, a rectificação da EN 347-1 (em protocolo de colaboração com os Municípios de Ansião e Condeixa-a-Nova e a Estradas de Portugal, EP, a colocação de sinalização adequada em vias e povoações, as estradas Infesto – Pombais e Pardieiros – Ponte da MAchuca e a execução e beneficiação de valetas. -----

Logo a seguir, o programa Abastecimento de Água (com cerca de 23%), teve como principais projectos a Beneficiação de diversas Redes de Distribuição com a construção de Reservatórios em Casal da Azenha, Vieiros e Fetais Cimeiros e a execução de furos de captação, a aquisição de equipamento electromecânico, a realização de análises laboratoriais para controlar a qualidade da água e a manutenção das redes existentes. -----

Por último, o programa Saneamento e Salubridade (com cerca de 16%) foi maioritariamente absorvido pela empreitada de saneamento das Cerejeiras e substituição da rede de abastecimento de água que representa a obra mais significativa, sendo o restante distribuído pela elaboração do projecto de saneamento do Casal Pinto, pela reparação e manutenção das redes e sistemas de tratamento e pela intervenção nas redes de águas pluviais. -----

Desenvolvimento Económico-----

Um dos objectivos estratégicos para o corrente mandato, o desenvolvimento económico com quase 15% do total das GOP, tem no programa Valorização e Prevenção Florestal (36% do objectivo), muito por força da comparticipação do Programa Comunitário AGRIS, a sua principal área de actuação, reforçando a importância estratégica que a floresta representa para o desenvolvimento do concelho. -----

Segue-se, com cerca de 19%, o programa Mercados e Feiras, onde pontifica de forma hegemónica a realização da FAGRIP e das Feiras do Mel e de S. Miguel, certames de enorme relevância na afirmação dos nossos produtos endógenos e da nossa cultura, enquanto factores detentores de grande margem de progressão na valorização dos recursos do nosso concelho.-----

Ao nível do programa Turismo (18%) á a registar a intervenção na Ferraria de S. João – no âmbito do Plano de Aldeias do Xisto – responsável por mais de metade da despesa e, ainda, a realização de obras de beneficiação em equipamentos turísticos e de restauração e o estabelecimento de parcerias institucionais, enquanto o programa Investimento Empresarial (16%) incide maioritariamente na ampliação da Zona industrial e no apoio à instalação de empresas ao abrigo do Plano de Apoio ao Investimento.-----

Como programas menos relevantes neste objectivo refiram-se o Património Agrícola e Florestal e Açudes, Regadios e Caminhos Agrícolas onde pontificam a recuperação e estabilização do Açude da Ponte do Espinhal e a vigilância móvel motorizada, sendo certo que estes programas se

encontram algo fragilizados com o precoce esgotamento das participações comunitárias para as infra-estruturas de apoio à agricultura, designadamente ao nível da beneficiação de caminhos agrícolas e da recuperação de regadios tradicionais.-----

Ambiente e Qualidade de Vida -----

O Protocolo celebrado com a Cercipenela para a limpeza das sedes de concelho e de freguesia e idêntico instrumento com as Juntas de Freguesia para a limpeza das restantes povoações do concelho, sensivelmente a par do tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos constituem a grande fatia da intervenção no âmbito deste objectivo, desde logo porque a restante actividade, embora não menos importante numa perspectiva de médio e longo prazo, se centra na intervenção ao nível da informação e formação das populações quanto às formas de actuação na preservação ambiental.-----

Associativismo -----

Ao nível do associativismo importa referir a importância estratégica que o Município continua a reconhecer ao movimento associativo como instrumento de desenvolvimento do concelho e da região. Daí que se tenha mantido e reforçado o papel que as diversas associações, em que o Município participa, desempenham nas respectivas áreas de intervenção, com particular relevância para a Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento, com um trabalho ímpar ao nível da valorização e certificação dos produtos endógenos e de afirmação turística da sub-região Sicó, bem como para a Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça, pelo inquestionável papel que vem desempenhando ao nível do apoio técnico e do desenvolvimento de instrumentos cartográficos essenciais ao eficaz desenvolvimento da acção dos Municípios associados.-----

Edifícios Municipais -----

A quase totalidade do esforço financeiro do Município no que concerne aos edifícios municipais concentra-se na construção do Parque de Máquinas, uma estrutura absolutamente imprescindível a uma eficaz organização dos serviços externos numa perspectiva de garantindo uma cada vez melhor qualidade na prestação do elevado serviço que é prestado às populações.-----

Embora de menor monta, sob o ponto de vista do volume de investimento, refira-se a realização, já no dealbar do ano, de pequenas adaptações no Edifício dos Paços do Concelho para, criando melhores condições de trabalho, contribuir para um melhor desempenho dos profissionais que ali prestam o seu inestimável contributo ao desenvolvimento do Município. -----

Conservação e Aprovisionamento dos Serviços Municipais -----

Embora não relevando directamente na acção desenvolvida pelo Município, este objectivo é absolutamente essencial para o desempenho, na medida em que ao seu maior ou menor peso estará inevitavelmente associado um maior ou menor desempenho, ou seja uma maior ou menor satisfação das necessidades das populações.-----

Com efeito, este é o objectivo no qual se registam todos os equipamentos que, a um ou outro nível, podem contribuir para uma melhor resposta às solicitações dos munícipes, sejam elas ao nível da expressamente exigida prestação externa, sejam elas ao nível menos perceptível, que não menos importante, da prestação interna dos serviços de administração e de gestão dos destinos do município. -----

De facto, é neste objectivo que se prevêm e se contabilizam as despesas a efectuar e efectuadas com a aquisição, locação e manutenção das viaturas, máquinas e equipamentos indispensáveis ao dia a dia do Município.-----

Cumprimentos Legais na Despesa -----

Cumprimento dos limites legais das despesas autárquicas com pessoal-----

De acordo com o disposto no artigo 10ª do Decreto-lei Nº 116/84, de 6 de Abril, com a redacção da lei nº 44/85, de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício, sendo que as

despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ultrapassar 25% dos 60% supra citados. -----

Conforme definido pelo STAPOCAL e, por observação ao classificador das despesas públicas definido pelo Decreto-lei N° 26/2005 de 14 de Fevereiro, relevam para o limite as despesas pagas pelo sub agrupamento 01.01 – “Remunerações certas e Permanentes”, excluindo-se portanto, as despesas pagas pelos sub-agrupamentos 01.02 – “Abonos variáveis ou eventuais” e “0103 – “Segurança Social”. -----

De forma a permitir o cálculo destes limites, é necessário conhecer os montantes dispendidos com o subsídio de refeição, o subsídio de férias e o subsídio de Natal, por tipo de despesas com pessoal – do quadro ou em qualquer outra situação. -----

A violação dos limites legais das despesas com o pessoal é considerada ilegalidade grave, constituindo fundamento para a dissolução do órgão ou órgãos responsáveis por tal facto, nos termos da alínea h) do artigo 9º da lei nº 27/96, de 1 de Agosto, diploma que estabelece o regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais. -----

Limite dos encargos com pessoal do quadro

Despesas c/ Pessoal do quadro	60% das receitas correntes do ano anterior	Capacidade de Despesas com Pessoal do quadro utilizada (%)	Capacidade de Despesas com Pessoal do quadro por utilizar (%)
915.352,92	2.070.637,70	44,21%	55,79%

Limite dos encargos com pessoal em qualquer outra situação

Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro	25% dos limites definidos para despesas com o pessoal do quadro	Capacidade de Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro (%)	Capacidade de Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro por Utilizar
457.110,87	517.659,42	88,30%	11,70%

Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO (CE)		
CE = (C+F-D-E-G-H)/(Maior dos limites(A ou B))*100		
A	12,5% fundos municipais atribuídos ao município em 2005	466.636,75
B	10% do investimento pago em 2004 pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município, em relação a estes dois tipos de entidades	196.702,96
C	Juros de todos os empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2005 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	19.975,28
D	Juros empréstimos que não entram para cálculo da capacidade de endividamento (1)	4916,71
E	Juros dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2005 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	0
F	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2005 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	94.783,97
G	Amortizações dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento (1)	48953,01
H	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2005 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	0
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA (%)		13,05%
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO POR UTILIZAR (%)		86,95%

O limite da capacidade de endividamento dos municípios está previsto na lei nº 42/98 (Lei das Finanças Locais), nomeadamente no nº 3 do artigo 24º da referida lei. No entanto, para permitir a obtenção dos objectivos propostos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, o Orçamento de Estado 2005, impôs para o mencionado ano económico e a exemplo do já ocorrido em 2003 e 2004, limitações ao endividamento municipal. Desta forma, a LEO/2005 suspendeu os limites definidos na LFL, por aplicação de uma redução destes em 50%.

Assim, os encargos anuais não podem exceder o maior dos limites do valor correspondente a 12,5% dos fundos municipais atribuídos ao município ou, a 10% das despesas realizadas com o investimento no ano anterior.

Existem no entanto excepções de acordo com disposições legais, nomeadamente, no que diz respeito aos encargos com juros e amortizações de empréstimos contraídos para execução de projectos comparticipados por fundos comunitários, que são retirados no cálculo da capacidade de endividamento.

Assim, e conforme podemos ver pelo quadro atrás apresentado, o Município de Penela continua a ter capacidade de endividamento junto das instituições de crédito, uma vez que apenas utilizou 13,05%, dispondo ainda de 86,95% da respectiva capacidade legal para utilizar.

Análise Económico-financeira

Como é óbvio, as funções e finalidades de uma autarquia divergem das funções e das finalidades de um empresa. No entanto, as autarquias intervêm no mercado e influenciam a economia nacional através da concorrência directa e/ou indirecta com o sector privado. As empresas privadas cada vez mais incorporam na sua finalidade natural para além da maximização do lucro, objectivos de natureza social.

As autarquias locais e as empresas privadas cruzam-se em diversos segmentos da actividade económica, seja de forma cooperativa ou concorrencial. Uma autarquia visa maximizar a satisfação de um vasto leque de necessidades sociais, consideradas prioritárias, dos munícipes, estando completamente afastado o conceito de lucro económico ou financeiro na imensa maioria das suas actividades.

Assim, enquanto as empresas privadas têm como objectivo fundamental a maximização do lucro e objectivo acessório o bem-estar social dos seus trabalhadores, as autarquias locais, por sua vez, têm como objectivo fundamental a satisfação das necessidades prioritárias dos munícipes e, como objectivo acessório a obtenção do lucro (não necessariamente o máximo) nas suas actividades comerciais ou para comerciais.

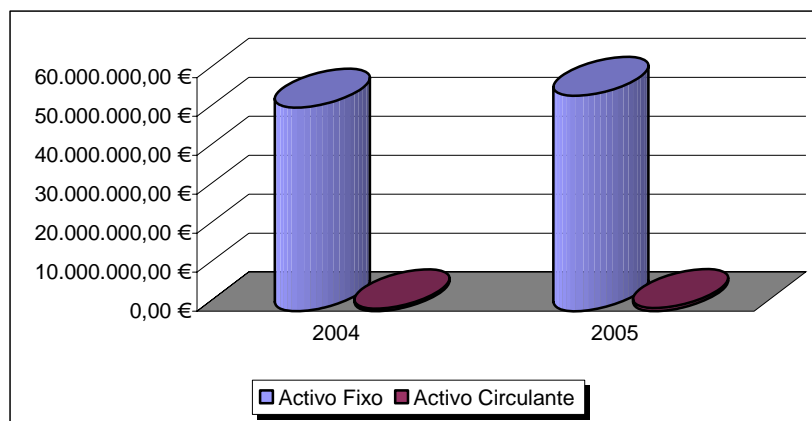
De referir ainda que enquanto uma empresa deve auto-sustentar-se e crescer em função dos ganhos gerados pela sua produtividade e pela qualidade concorrencial da sua gestão, uma autarquia local é fortemente subsidiada a montante (Orçamento do Estado e Fundos Comunitários), de modo a proporcionar, a jusante, por sua vez, subsídios e inúmeras actividades sociais, culturais e infra estruturas para as quais não são suficientes os proveitos gerados em determinadas actividades comerciais.

Enquanto a execução orçamental reflecte as receitas e as despesas de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração dos Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, isto é, demonstram os seus direitos e obrigações.

Situação Patrimonial**Balanço****Estrutura do Activo Bruto e Sua Evolução**

Descrição	2004	2005	Var. Abs.	Var. %
Activo Fixo	52.221.614,27 €	55.284.709,98 €	3.063.095,71 €	5,87%
Bens de Domínio Público	36.918.232,13 €	38.226.457,52 €	1.308.225,39 €	3,54%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações Corpóreas	15.240.486,49 €	16.952.818,81 €	1.712.332,32 €	11,24%
Investimentos Financeiros	62.895,65 €	105.433,65 €	42.538,00 €	67,63%
Activo Circulante	663.937,23 €	786.825,21 €	122.887,98 €	18,51%
Existências	753,45 €	864,61 €	111,16 €	14,75%
Dívidas de Terceiros ML/ Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros C/ Prazo	445.635,74 €	566.210,75 €	120.575,01 €	27,06%
Títulos Negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos Instituições e Caixa	217.548,04 €	219.749,85 €	2.201,81 €	1,01%
Acréscimos e Diferimentos	28.698,31 €	0,00 €	-28.698,31 €	-100,00%
Activo Total	52.914.249,81 €	56.071.535,19 €	3.157.285,38 €	5,97%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica do quadro acima referido.



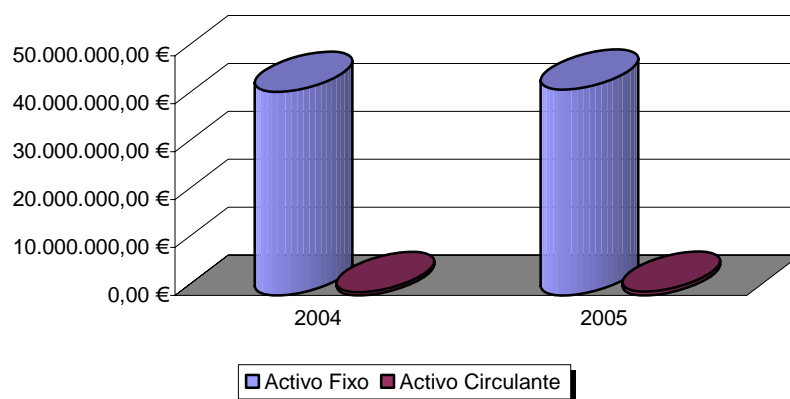
A estrutura do Activo Bruto Total no final de 2005 teve um aumento de 5,97% ao qual corresponde o valor absoluto de 3.157.285,38€

O Activo Fixo teve um aumento de 5,87% ao qual corresponde o valor absoluto de 3.063.095,71€ Na sua estrutura verifica-se um aumento das imobilizações dos bens de domínio público, das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros nas percentagens de 3,54%, 11,24% e 67,63%, respectivamente.

Estrutura do Activo Liquido e Sua Evolução

Descrição	2004	2005	Var. Abs.	Var. %
Activo Fixo	42.446.449,07 €	42.926.472,02 €	480.022,95 €	1,13%
Bens de Domínio Público	29.079.820,25 €	28.350.016,43 €	-729.803,82 €	-2,51%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações Corpóreas	13.303.733,17 €	14.471.021,94 €	1.167.288,77 €	8,77%
Investimentos Financeiros	62.895,65 €	105.433,65 €	42.538,00 €	67,63%
Activo Circulante	663.937,23 €	786.825,21 €	122.887,98 €	18,51%
Existências	753,45 €	864,61 €	111,16 €	14,75%
Dívidas de Terceiros ML/ Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros C/ Prazo	445.635,74 €	566.210,75 €	120.575,01 €	27,06%
Títulos Negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos Instituições e Caixa	217.548,04 €	219.749,85 €	2.201,81 €	1,01%
Acréscimos e Diferimentos	28.698,31 €	0,00 €	-28.698,31 €	-100,00%
Activo Liquido Total	43.139.084,61 €	43.713.297,23 €	574.212,62 €	1,33%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica do quadro acima referido.



A estrutura do Activo Liquido Total no final de 2005 teve um aumento de 1,33% ao qual corresponde o valor absoluto de 574.212,62€-----

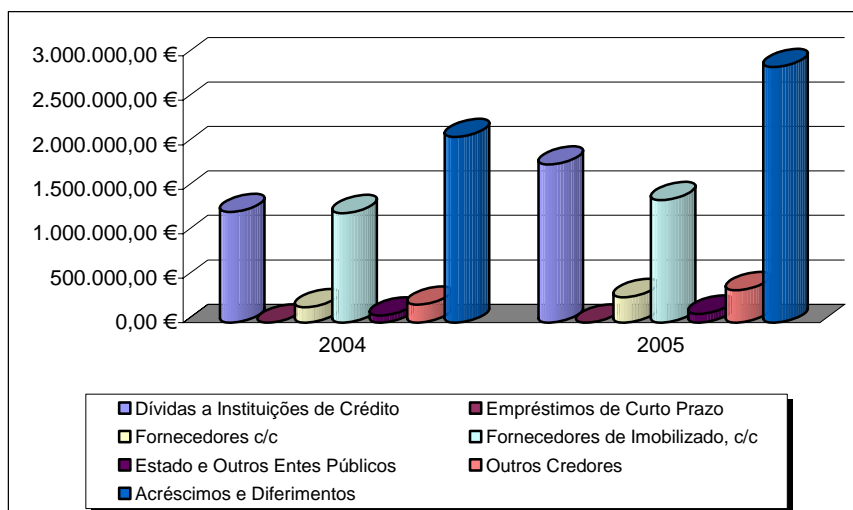
O Activo Fixo teve um aumento de 1,13% ao qual corresponde o valor absoluto de 480.022,95€ Na sua estrutura verifica-se uma diminuição de 2,51% das imobilizações dos bens de domínio público, que se deve ao elevado valor de amortizações acumuladas, e um aumento das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros nas percentagens de 8,77% e 67,63% respectivamente. -----

O Activo Circulante teve um aumento de 18,51% ao qual corresponde o valor absoluto de 122.887,98€ Na sua estrutura verifica-se um aumento das existências, das dívidas de terceiros de curto prazo e dos depósitos em instituições financeiras e caixa nas percentagens de 14,75%, 27,06% e 1,01% respectivamente.-----

Estrutura do Passivo e Sua Evolução

Descrição	2004	2005	Var. Abs.	Var. %
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	1.243.339,23 €	1.777.895,53 €	534.556,30 €	42,99%
Dívidas a Instituições de Crédito	1.243.339,23 €	1.777.895,53 €	534.556,30 €	42,99%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.686.266,68 €	2.128.274,93 €	442.008,25 €	26,21%
Empréstimos de Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fornecedores c/c	172.892,83 €	285.730,06 €	112.837,23 €	65,26%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	1.231.210,27 €	1.377.069,75 €	145.859,48 €	11,85%
Estado e Outros Entes Públicos	80.055,62 €	100.223,68 €	20.168,06 €	25,19%
Outros Credores	202.107,96 €	365.251,44 €	163.143,48 €	80,72%
Acréscimos e Diferimentos	2.086.891,28 €	2.873.058,30 €	786.167,02 €	37,67%
Passivo Total	5.016.497,19 €	6.779.228,76 €	1.762.731,57 €	35,14%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução do passivo.-----

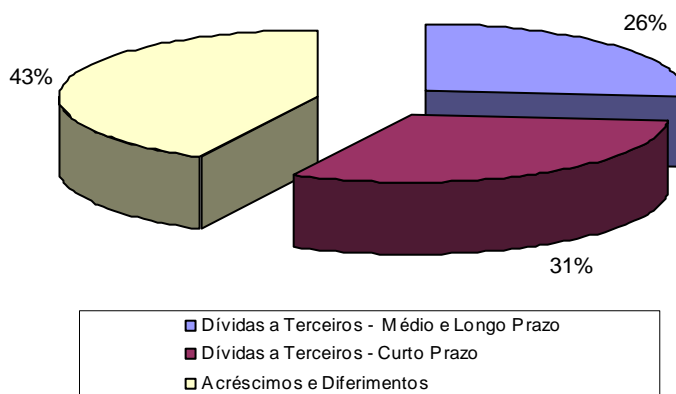


Da análise dos dados e do gráfico verificamos que no ano 2005, houve um aumento das dívidas a terceiros a médio e longo prazo, mais especificamente com as Instituições de Crédito, em 42,99% ao qual corresponde o valor absoluto de 534.556,30€ -----

No curto prazo verifica-se um aumento de 26,21% ao qual corresponde o valor de 442.008,25€ -

Por último, a rubrica dos acréscimos e diferimentos também regista um aumento de cerca de 37,67% ao qual corresponde o valor de 786.167,02€ Este acréscimo deve-se ao facto de se encontrarem aqui registados os Proveitos Diferidos. De salientar que, segundo o princípio da especialização (ou do acréscimo) os subsídios ao investimento (FEDER, Contratos Programa e Contratos de Modernização Administrativa) só serão considerados proveitos dos exercícios de acordo com a quota-parte da amortização dos bens objecto de financiamento. -----

O passivo total apresenta um acréscimo de 35,14% ao qual corresponde o valor absoluto de 1.762.731,57€ -----

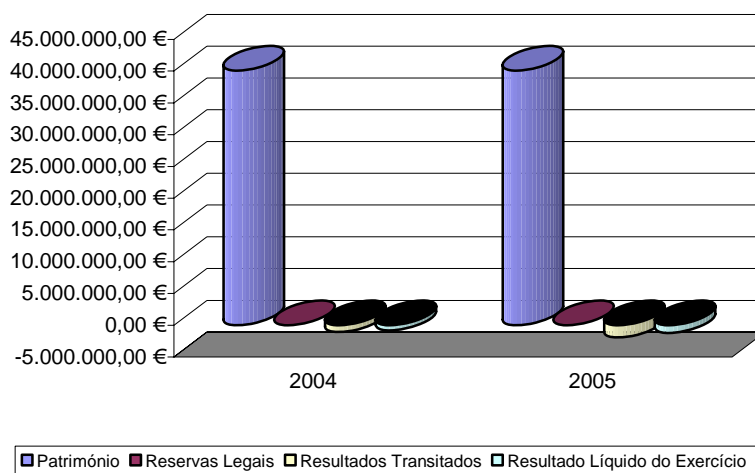


Da análise do gráfico podemos constatar que os acréscimos e diferimentos representam cerca de 43% do passivo total, as dívidas a médio e longo prazo representam cerca de 26% e as dívidas a terceiros de curto prazo representam cerca de 31%. -----

Estrutura dos Fundos Próprios

Descrição	2004	2005
Património	40.045.630,99 €	40.076.770,99 €
Reservas Legais	0,00 €	0,00 €
Resultados Transitados	-1.081.312,55 €	-1.923.043,57 €
Resultado Líquido do Exercício	-841.731,02 €	-1.219.658,98 €
Fundos Próprios	38.122.587,42 €	36.934.068,44 €

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos fundos próprios.-----



A variação verificada nos Fundos Próprios deve-se à transferência do Resultado Líquido do ano anterior para Resultados Transitados e ao apuramento do Resultado Líquido do Exercício de 2005, cujo montante ascende a 1.219.658,98€ negativos. Como poderemos verificar mais à frente, o resultado líquido do exercício de 2005 apresenta um valor negativo devido ao elevado montante de amortizações. -----

Demonstração dos Resultados -----

O Município encerra as suas contas referentes ao ano económico de 2005, com um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 1.219.658,98€-----

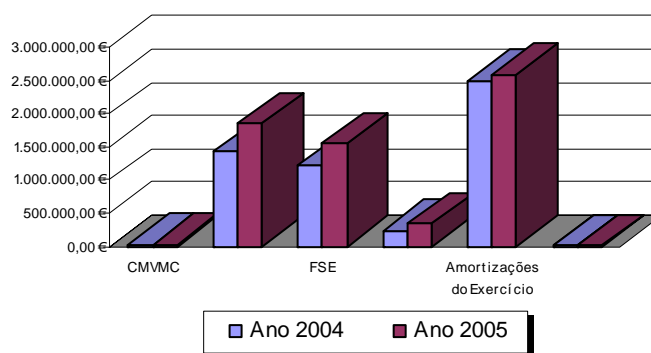
Resultados Operacionais-----

Comparando os proveitos operacionais com os custos operacionais constatamos a existência de um resultado operacional no valor de 1.326.509,85€ negativo. Este valor deve-se ao elevado custo das amortizações, custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos. -----

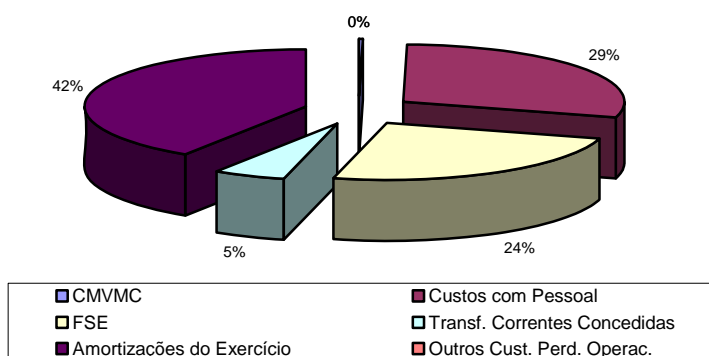
Custos e Perdas Operacionais

Designação	2004	2005	Var. Abs.	Var %
CMVMC	10.314,93 €	16.200,52 €	5.885,59 €	57,06%
Custos com Pessoal	1.425.083,34 €	1.843.515,75 €	418.432,41 €	29,36%
FSE	1.212.766,54 €	1.546.350,19 €	333.583,65 €	27,51%
Transf. Correntes Concedidas	240.361,17 €	334.224,64 €	93.863,47 €	39,05%
Amortizações do Exercício	2.486.494,10 €	2.591.396,35 €	104.902,25 €	4,22%
Outros Custos Perdas Operacionais	296,57 €	127,85 €	-168,72 €	-56,89%
Total dos Custos Operacionais	5.375.316,65 €	6.331.815,30 €	956.498,65 €	17,79%

Poderemos ver, no gráfico seguinte, a evolução dos Custos e Perdas Operacionais.



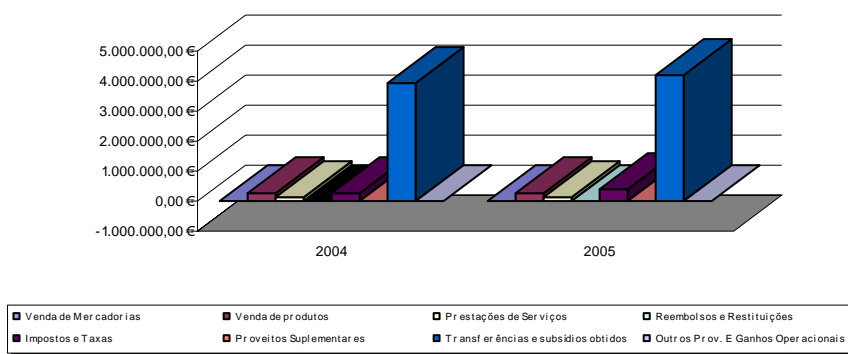
Da análise dos dados apresentados verificamos que os Custos e Perdas Operacionais apresentam um acréscimo de 17,79% ao qual corresponde o valor de 956.498,65€ -----
 No gráfico seguinte podemos verificar que as amortizações do exercício representam cerca de 42% do total dos custos operacionais, os custos com pessoal representam cerca de 29%, os fornecimentos e serviços externos representam cerca de 24% e as transferências correntes concedidas representam cerca de 5%.



Proveitos e Ganhos Operacionais

Designação	2004	2005	Var. Abs.	Var %
Venda de Mercadorias	0,00 €	181,28 €	181,28 €	100,00%
Venda de produtos	283.184,43 €	273.748,17 €	-9.436,26 €	-3,33%
Prestações de Serviços	162.763,79 €	157.670,33 €	-5.093,46 €	-3,13%
Reembolsos e Restituições	-819,29 €	0,00 €	819,29 €	100,00%
Impostos e Taxas	295.080,86 €	393.959,57 €	98.878,71 €	33,51%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Transferências e subsídios obtidos	3.906.074,24 €	4.179.746,10 €	273.671,86 €	7,01%
Outros Prov. E Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total dos Proveitos e Ganhos Operacionais	4.646.284,03 €	5.005.305,45 €	359.021,42 €	7,73%

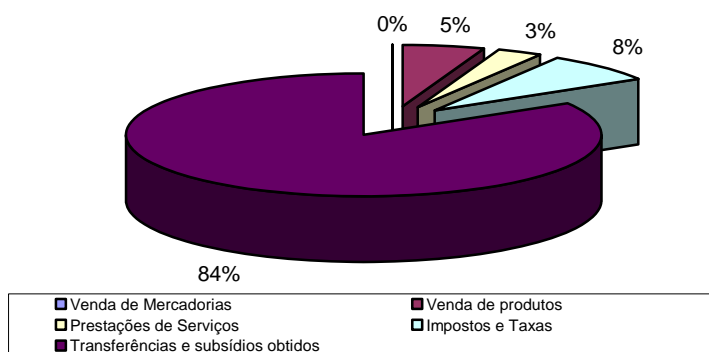
Poderemos ver, no gráfico seguinte, a evolução dos Custos e Perdas Operacionais. -----



Os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram um aumento em termos absolutos de 359.021,42€ a que corresponde um aumento percentual de 7,73%. O maior aumento verificado foi nos impostos e taxas que atingiu a percentagem de 33,51% seguido das transferências obtidas com a percentagem de 7,01%.

As vendas de produtos e as Prestações de Serviços registaram um decréscimo de 73,33% e 3,13% respectivamente.

Atendendo à estrutura destes Proveitos e Ganhos verifica-se que as Transferências e Subsídios Obtidos representam cerca de 84% do total dos Proveitos e Ganhos Operacionais o que significa que o Município tem uma elevada dependência relativamente às transferências do Orçamento do Estado. Os impostos e taxas representam cerca de 8%, a venda de produtos representa cerca de 5% e as prestações de serviços representam cerca de 3%.



Resultados Financeiros

Em 2005, os Resultados Financeiros apresentam um valor de 193.372,11€ sendo responsáveis por este valor o aumento dos outros proveitos e ganhos financeiros.

Custos e Perdas Financeiros

Designação	2004	2005	Var. Abs.	Var %
Juros Suportados	21.015,38 €	22.620,22 €	1.604,84 €	7,64%
Outros Custos e Perdas Financeiros	842,89 €	80,50 €	-762,39 €	-90,45%
Total dos Custos Financeiros	21.858,27 €	22.700,72 €	842,45 €	3,85%

Os custos financeiros registaram um aumento percentual de cerca de 3,85%, ao qual corresponde o valor de 842,45€ e resultam, fundamentalmente, dos juros suportados com os empréstimos de Médio e Longo Prazo.

Proveitos e Ganhos Financeiros -----

Designação	2004	2005	Var. Abs.	Var %
Juros Obtidos	1.537,92 €	1.125,60 €	-412,32 €	-26,81%
Rendimentos de Imóveis	195.749,63 €	31.949,05 €	-163.800,58 €	-83,68%
Rendimentos Participações Capital	2.826,82 €	580,27 €	-2.246,55 €	-79,47%
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	2.336,59 €	182.417,91 €	180.081,32 €	7707,01%
Total dos Proveitos e Ganhos Financeiros	202.450,96 €	216.072,83 €	13.621,87 €	6,73%

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registaram um aumento percentual de 6,73% ao qual corresponde o valor de 13.621,87€. Poderemos verificar ainda que houve uma diminuição dos juros obtidos, dos rendimentos de imóveis e dos rendimentos de participações de capital e um aumento dos outros proveitos e ganhos financeiros. -----

Resultados Extraordinários -----

Os Resultados Extraordinários apresentam um valor negativo de 86.521,24€ -----

Custos e Perdas Extraordinárias -----

Designação	2004	2005	Var. Abs.	Var %
Transferências de Capital Concedidas	327.174,94 €	457.231,25 €	130.056,31 €	39,75%
Perdas em Existências	9.567,83 €	0,00 €	-9.567,83 €	-100,00%
Perdas em Imobilizações	0,00 €	19.333,36 €	19.333,36 €	100,00%
Multas e Penalidades	0,00 €		0,00 €	0,00%
Correcções Relativas a Anos Anteriores	1.807,94 €	1.000,01 €	-807,93 €	-44,69%
Outros Custos e Perdas Extraordinários	2.638,04 €	9.765,34 €	7.127,30 €	270,17%
Total dos Custos e Perdas Extraordinários	341.188,75	487.329,96	146.141,21	42,83%

Relativamente aos Custos e Perdas Extraordinários verifica-se um aumento de 42,83% ao qual corresponde o valor de 146.141,21. Estas transferências foram essencialmente para as Freguesias através da celebração de protocolos, para as Associações concelhias e para a ETP Sicó. -----

Proveitos e Ganhos Extraordinárias -----

Designação	2004	2005	Var. Abs.	Var %
Ganhos em Imobilizações	26.320,51 €	25.745,63 €	-574,88 €	-2,18%
Benefícios de Penalidades Contratuais	4.161,59 €	7.034,29 €	2.872,70 €	69,03%
Multas e Penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Correcções Relativas a Anos Anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	278.065,41 €	368.028,80 €	89.963,39 €	32,35%
Total dos Proveitos e Ganhos Extraordinários	308.547,51 €	400.808,72 €	92.261,21 €	29,90%

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários registam um acréscimo de 29,90% que se deve essencialmente ao aumento dos Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, onde se registam os subsídios recebidos para o investimento de acordo com a quota-parte das amortizações dos bens que tiveram financiamento.-----

Proposta de aplicação de Resultados-----

De acordo com as Demonstrações financeiras do ano 2005, o resultado líquido do exercício ascendeu a 1.219.658,98€negativos, que se pode verificar tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço.-----

A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.-----

Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro, e pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 15 de Dezembro e 84-A/2004 de 5 de Abril, a Câmara Municipal propõe a seguinte a seguinte aplicação de resultados:-----

1º O montante dos Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 1.219.658,98€ seja transitado para a conta 59 – “Resultados Transitados”;-----

1.1 – BALANÇOS, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE E VOTAÇÃO: Foram apresentados ao órgão executivo os documentos que constituem as **Contas Finais da Gerência**, nomeadamente os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I, da Resolução número quatro de dois mil e um, da segunda secção, publicada no Diário da República número cento noventa e um, segunda série, de dezoito de Agosto, que se encontram integralmente elaborados, relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco, para efeitos de discussão e votação, a fim de ser apresentada ao respectivo órgão deliberativo e, remessa ao **Tribunal de Contas**.-----

-----Verificou-se que o documento em apreciação indicava os seguintes valores:-----

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:-----

- **Da Conta Execução Orçamental:** - cinco mil duzentos e sessenta e seis euros e sessenta cêntimos;-----

- **Da Conta Operações de Tesouraria:** - duzentos e doze mil duzentos e oitenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos;-----

- **Em Documentos de Cobrança:** - vinte cinco mil duzentos e cinquenta e três euros e trinta cêntimos.-----

- SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:-----

- **Da Conta Execução Orçamental:** - duzentos e vinte e dois euros e setenta e nove cêntimos; --

- **Da Conta Operações de Tesouraria:** - duzentos e dezanove mil quinhentos e vinte sete euros e seis cêntimos;-----

- **Em Documentos de Cobrança:** - vinte cinco mil cento e setenta euros e noventa e oito cêntimos.-----

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS:-----

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: - dezasseis mil e duzentos euros e cinquenta e dois cêntimos.-----

Fornecimentos e Serviços Externos: - um milhão quinhentos e quarenta e seis mil trezentos e cinquenta euros e dezanove cêntimos.-----

Custos com o Pessoal:-----

- **Remunerações:** - Um milhão quinhentos e sessenta e quatro mil novecentos e sessenta e oito euros e vinte seis cêntimos. -----

- **Encargos Sociais:** - duzentos e setenta oito mil quinhentos e quarenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos. -----

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais: - Trezentos e trinta e quatro mil duzentos e vinte e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

Amortizações do Exercício: - Dois milhões quinhentos e noventa e um mil trezentos e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos. -----

Outros custos e perdas operacionais: - cento e vinte sete euros e oitenta e cinco cêntimos; -----

Custos e Perdas Financeiros: - vinte e dois mil setecentos euros e setenta e dois cêntimos. -----

Custos e Perdas Extraordinários: - quatrocentos e oitenta e sete mil trezentos e vinte e nove euros e noventa e seis cêntimos. -----

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS: - seis milhões oitocentos e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos. -----

PROVEITOS E GANHOS: -----

Vendas e Prestações de Serviços: -----

- **Vendas de Mercadorias:** cento e oitenta e um euros e vinte oito cêntimos. -----

- **Vendas de Produtos:** - duzentos e setenta e três mil setecentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos. -----

- **Prestações de Serviços:** - cento e cinquenta e sete mil seiscentos e setenta euros e trinta e três cêntimos. -----

Impostos e Taxas: - trezentos e noventa e três mil novecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos. -----

Transferências e Subsídios Obtidos: - quatro milhões cento e setenta e nove mil e setecentos e quarenta e seis euros e dez cêntimos. -----

Proveitos e Ganhos Financeiros: - duzentos e dezasseis mil setenta e dois euros e oitenta e três cêntimos. -----

Proveitos e Ganhos Extraordinários: - quatrocentos mil oitocentos e oito euros e setenta e dois cêntimos. -----

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS: - cinco milhões seiscentos e vinte e dois mil cento e oitenta e sete euros. -----

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - um milhão duzentos e dezanove mil seiscentos e cinquenta e oito euros e noventa e oito cêntimos, (negativos). -----

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL -----

- **RECEITA COBRADA LIQUIDA:** seis milhões setecentos e trinta e cinco mil cento e noventa e nove euros e sessenta e cinco cêntimos. -----

- **ENTRADA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA:** - trezentos e trinta e nove mil quarenta euros e quarenta e seis cêntimos. -----

- **RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA:** - trezentos e vinte e um mil seiscentos e vinte e nove euros e quarenta cêntimos. -----

- **DESPESA EFECTUADA:** - seis milhões setecentos e trinta e quatro mil novecentos e setenta e seis euros e oitenta e seis cêntimos. -----

- **SAÍDA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA:** - Trezentos e trinta e um mil setecentos e noventa e quatro euros e oitenta e quatro cêntimos. -----

- **RECEITA VIRTUAL COBRADA:** - trezentos e vinte cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e sessenta cêntimos. -----

BALANÇO-----

ACTIVO -----

Imobilizado: -----
Bens do Domínio Público: - vinte e oito milhões trezentos e cinquenta mil e dezasseis euros e quarenta e três cêntimos. -----
Imobilizações Corpóreas: - catorze milhões quatrocentos e setenta e um mil vinte e um euros e noventa e quatro cêntimos. -----
Investimentos Financeiros: - cento e cinco mil quatrocentos e trinta e três euros e sessenta e cinco cêntimos. -----
Mercadorias: - oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos. -----
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo: - quinhentos e sessenta e seis mil duzentos e dez euros e setenta e cinco cêntimos. -----
Depósitos em Instituições Financeiras: - Duzentos e dezoito mil dezanove euros e cinquenta e um cêntimos. -----
Caixa: - mil setecentos e trinta euros e trinta e quatro cêntimos. -----
TOTAL DO ACTIVO: - Quarenta e três milhões setecentos e treze mil duzentos e noventa e sete euros e vinte e três cêntimos. -----
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO -----
FUNDOS PRÓPRIOS: -----
Património: - Quarenta milhões setenta e seis mil setecentos e setenta euros e noventa e nove cêntimos. -----
RESULTADOS TRANSITADOS: - um milhão novecentos e vinte e três mil quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos, (negativos).-----
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - um milhão duzentos e dezanove mil seiscentos e cinquenta e oito euros e noventa e oito cêntimos, (negativos). -----
PASSIVO: -----
Dívidas a Terceiros: -----
- **Médio e Longo Prazos:** - Um milhão setecentos e setenta e sete mil oitocentos e noventa e cinco euros e cinquenta e três cêntimos. -----
- **Curto Prazo:** - dois milhões cento e vinte oito mil duzentos e setenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos. -----
Acréscimos de custos – novecentos e sessenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos. -----
Proveitos Diferidos: - dois milhões oitocentos e setenta e dois mil noventa e três euros e cinquenta e três cêntimos. -----
-----Foram apresentados todos os documentos de prestação de contas, integralmente elaborados, elencados no anexo I da Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e um – segunda secção, de doze de Julho, publicada no Diário da República, II série, número cento e noventa e um de dezoito de Agosto de dois mil e um. -----
-----Os referidos documentos encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----
-----Feita a respectiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão dos referidos documentos de gestão. -----
-----Posto à votação foram os mesmos aprovados por maioria, tendo votado contra os vereadores do Partido Socialista. -----
-----Mais deliberou submeter estes valores à aprovação do órgão deliberativo. -----
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - A gerência do ano de dois mil e cinco apresentou um Resultado Líquido do Exercício no valor de um milhão, duzentos e dezanove mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e noventa e oito cêntimos (negativos). -----
----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar este valor que nos termos do números dois ponto sete ponto três ponto um e, dois ponto sete ponto três ponto dois do POCAL

(Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro traço A, barra noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, transitará para Resultados Transitados, após aprovação da Assembleia Municipal, votaram contra os Vereadores do Partido Socialista. -----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

1.2 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO – ANÁLISE E VOTAÇÃO: Feita a apresentação pelo senhor Presidente, passou-se à discussão dos documentos de execução anual: -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

Montante Previsto: - Seis milhões setecentos e dezoito mil e oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e sete centimos. -----

Montante Executado: - dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta euros e noventa e três centimos. -----

ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES: -----

Montante Previsto: - dois milhões duzentos e dezassete mil e quatrocentos e quarenta e oito euros e vinte centimos. -----

Montante Executado: - um milhão quatrocentos e vinte um mil seis euros e oito centimos. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO: -----

Montante Previsto: - oito milhões novecentos e trinta e seis mil e trezentos e trinta e um euros e sessenta e sete centimos. -----

Montante Executado: - quatro milhões cento e três mil quatrocentos e oitenta e sete euros e um centimos. -----

-----Postos à votação foram os mesmos aprovados por maioria, tendo votado contra os vereadores do Partido Socialista. -----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

1.3 – OUTROS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANÁLISE E VOTAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, tendo votado contra os vereadores do Partido Socialista, aprovar o Inventário do Município, referente ao ano económico de dois mil e cinco com os seguintes valores: -----

BENS E DIREITOS: - Quarenta e três milhões setecentos e treze mil duzentos e noventa e sete euros e vinte e três centimos. -----

OBRIGAÇÕES: - seis milhões setecentos e setenta e nove mil duzentos e vinte oito euros e setenta e nove centimos. -----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

1.4 – RELATÓRIO DE GESTÃO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi enviado para análise e discussão o Relatório de Gestão respeitante ao ano de dois mil e cinco.-----

-----Após apreciação efectuada pelos membros presentes, passou-se à discussão do referido documento. -----

-----Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria – três votos a favor e dois contra - (votaram contra os senhores vereadores do Partido Socialista).-----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

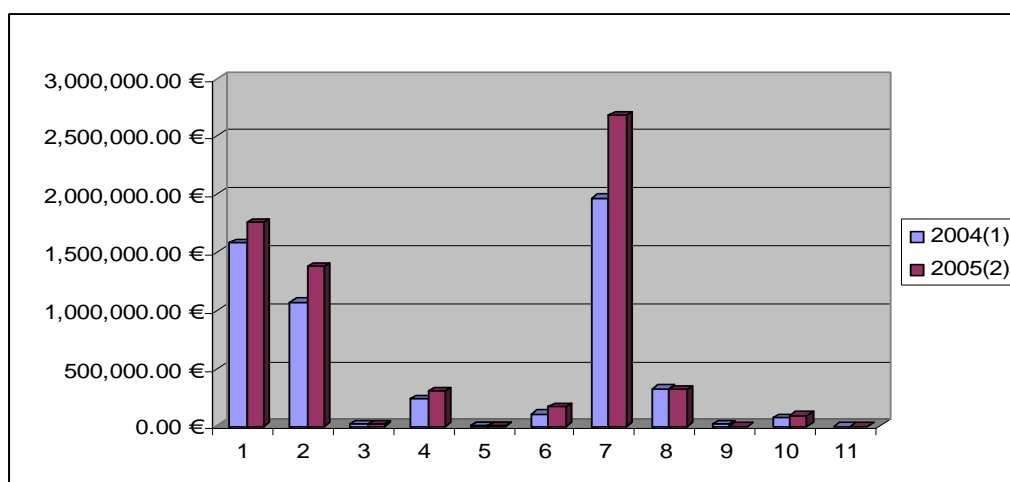
-----Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, apresentada a seguinte declaração de voto: - -----

DECLARAÇÃO DE VOTO - CONTA DE GERÊNCIA DE 2005

Da análise da evolução da despesa em termos relativos por comparação com os gastos homólogos do ano anterior, obteve-se o seguinte quadro.-----

Quadro relativo da evolução da despesa

	Descrição	2004(1)	2005(2)	(2-1)/1
1	Despesa com pessoal	1,581,228.29 €	1,756,171.17 €	11%
2	Aquisição de bens e serviços	1,069,133.62 €	1,376,567.04 €	29%
3	Juros e outros encargos	21,099.38 €	22,700.72 €	8%
4	Transferências correntes	235,497.17 €	307,023.12 €	30%
5	Subsídios	4,600.00 €	5,350.00 €	16%
6	Outras despesas correntes	104,363.43 €	171,030.80 €	64%
7	Aquisição de bens de capital	1,967,029.61 €	2,682,494.44 €	36%
8	Transferências de capital	322,174.94 €	318,855.60 €	-1%
9	Activos financeiros	17,683.16 €	0.00 €	-100%
10	Passivos financeiros	74,145.82 €	94,783.97 €	28%
11	Outras despesas de capital	0.00 €	0.00 €	0%



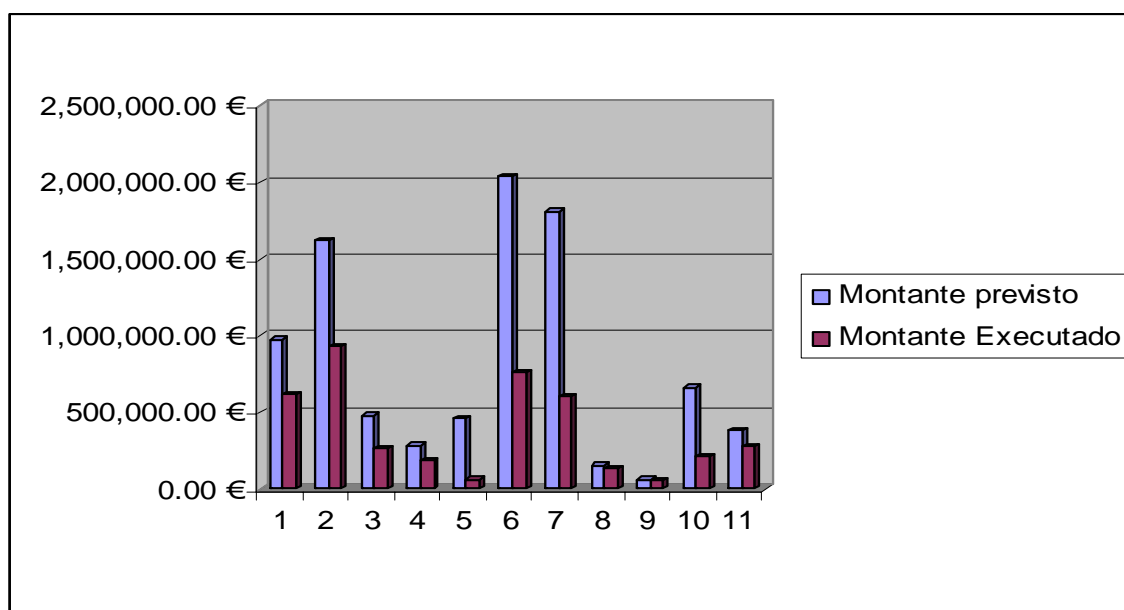
Analisando os valores constata-se que se verificaram crescimentos superior à receita total que foi de 24.24%, relativamente ao ano anterior, nomeadamente: Aquisição de bens e serviços com 29%, Transferências correntes com 30%, Outras transferências correntes com 64%, Aquisição de bens de capital com 36% e Passivos financeiros com 28%. -----

Considerando o montante executado no ano de 2005 do Plano Plurianual de Investimento (investimento de capital das GOP) no valor de 2 682 480.93 € o diferencial entre este valor e a despesa total representa a despesa corrente do ano de 2005, ou seja $(6\,734\,976.86 - 2\,682\,480.93) / 6\,734\,976.86$, que representa 60% da despesa total, valor naturalmente elevado, embora parte da despesa corrente seja consumida nas Actividades mais Relevantes (despesa corrente das GOP) em cerca de 21% $(1\,421\,006.08 / 6\,734\,976.86)$ da despesa total.-----

Em termos do controlo orçamental da receita constata-se que apenas foi arrecadado (6 735 199.65 €), que representa cerca 56% do previsto (11 987 831.67 €), o que revela ter sido uma estratégia irrealista e meramente -----

Execução das Grandes Opções do Plano de 2005

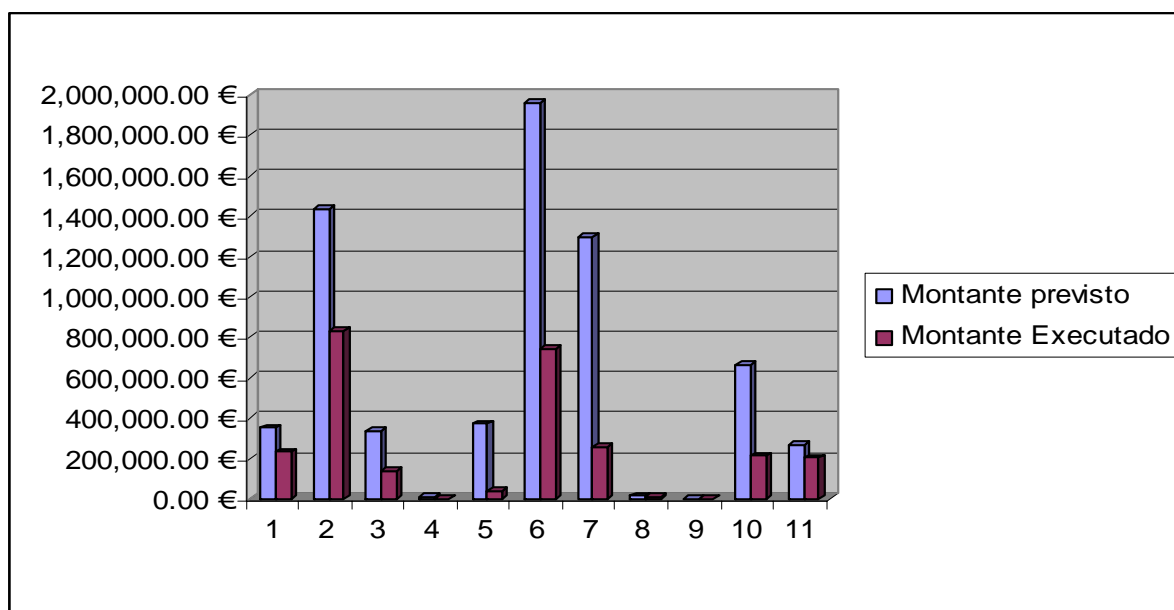
	Objectivo	Montante previsto	Montante Executado	Grau de execução
1	Educação	978,812.00 €	618,743.61 €	63.21%
2	Cultura	1,623,000.00 €	933,711.87 €	57.53%
3	Desporto e Tempos Livres	482,500.00 €	261,572.54 €	54.21%
4	Solidariedade e protecção Social	282,000.00 €	187,393.89 €	66.45%
5	Planeamento e Urbanismo	459,000.00 €	64,293.49 €	14.01%
6	Infraestruturas Básicas	2,040,421.47 €	760,245.35 €	37.26%
7	Desenvolvimento Económico	1,813,350.00 €	602,828.03 €	33.24%
8	Ambiente e Qualidade de Vida	152,500.00 €	131,259.68 €	86.07%
9	Associativismo	62,998.20 €	52,179.56 €	82.83%
10	Edifícios Municipais	662,000.00 €	213,448.88 €	32.24%
11	Conserv. e Aprov. Serviços Municipais	379,750.00 €	277,810.11 €	73.16%
	Totais	8,936,331.67 €	4,103,487.01 €	45.92%



Fazendo a análise em termos da despesa de capital que é representada pelos mapas do Plano Plurianual de Investimento e da despesa corrente que é representada pelos mapas das Actividades Mais Relevantes, na estrutura das Grandes Opções do Plano, conforme mapas abaixo, conclui-se facilmente o baixíssimo nível de execução do Plano Plurianual de Investimento com apenas 39.92% do previsto em oposição as Actividades Mais Relevantes, que apresentam um nível satisfatório de execução com 64.08% do previsto. -----

Execução das Grandes Opções do Plano de 2005 – Plano Plurianual de Investimento.

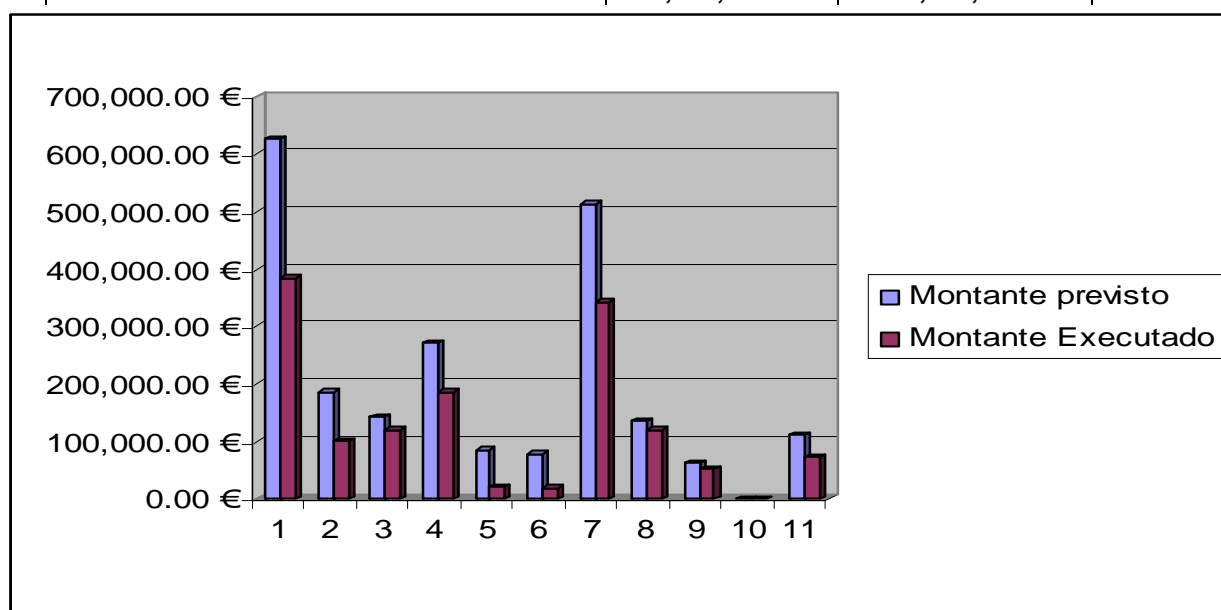
	Objectivo	Montante previsto	Montante Executado	Grau de execução
1	Educação	351,650.00 €	234,061.65 €	66.56%
2	Cultura	1,436,500.00 €	831,998.77 €	57.92%
3	Desporto e Tempos Livres	340,000.00 €	141,479.98 €	41.61%
4	Solidariedade e protecção Social	10,000.00 €	1,467.41 €	14.67%
5	Planeamento e Urbanismo	373,000.00 €	43,419.00 €	11.64%
6	Infraestruturas Básicas	1,961,883.47 €	740,966.71 €	37.77%
7	Desenvolvimento Económico	1,299,100.00 €	260,619.87 €	20.06%
8	Ambiente e Qualidade de Vida	17,000.00 €	10,467.00 €	61.57%
9	Associativismo	0.00 €	0.00 €	
10	Edifícios Municipais	661,000.00 €	213,448.88 €	32.29%
11	Conserv. E Aprov. Serviços Municipais	268,750.00 €	204,550.54 €	76.11%
	Totais	6,718,883.47 €	2,682,479.81 €	39.92%



Execução das Grandes Opções do Plano de 2005 – Actividades Mais Relevantes.

	Objectivo	Montante previsto	Montante Executado	Grau de execução
1	Educação	627,162.00 €	384,681.96 €	61.34%
2	Cultura	186,500.00 €	101,713.10 €	54.54%

3	Desporto e Tempos Livres	142,500.00 €	120,092.56 €	84.28%
4	Solidariedade e protecção Social	272,000.00 €	185,926.48 €	68.36%
5	Planeamento e Urbanismo	86,000.00 €	20,874.49 €	24.27%
6	Infraestruturas Básicas	78,538.00 €	19,278.64 €	24.55%
7	Desenvolvimento Económico	514,250.00 €	342,208.16 €	66.55%
8	Ambiente e Qualidade de Vida	135,500.00 €	120,792.68 €	89.15%
9	Associativismo	62,998.20 €	52,179.56 €	82.83%
10	Edifícios Municipais	1,000.00 €	0.00 €	0.00%
11	Conserv. E Aprov. Serviços Municipais	111,000.00 €	73,259.57 €	66.00%
Totais		2,217,448.20 €	1,421,007.20 €	64.08%



Concluimos que o Concelho no ano de 2005, face aos documentos apresentados e aprovados pela maioria camarária do PSD, não atingiram tanto em termos da arrecadação da receita como no cumprimento das propostas das Grandes Opções do Plano um nível que consideramos satisfatório. -----

O Relatório de Gestão apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, mais não é do que um ensaio, sobre mapas e análises puramente técnicos tentando maquilhar e procurando retirar-nos da análise objectiva sobre os documentos, pelo que o nosso voto é contra os seguintes documentos da Conta de Gerência.-----

2. CARTA EDUCATIVA – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO: Pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, representada pelo senhor professor Rochete e seus assistentes, foi feita a apresentação da Carta Educativa do concelho. O senhor Professor começou por explicar o porquê da não existência de um documento em suporte de papel e toda a pressão que têm tido, nos últimos dias, para que o mesmo possa ser aprovado durante o decorrer do mês em curso. Acrescentou que, tal documento mais não é do que uma base de dados, geo-referenciada, que será actualizada anualmente. Explicou que o relatório é a fotografia daquilo

que actualmente se passa no concelho de Penela. Uma análise “nua e crua”, sem qualquer cunho político. Por isso mesmo trata-se de um trabalho reconhecido tanto pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro como pelo CAE – Centro de Área Educativa. -----

-----Continuando, disse que a Carta Educativa tem como principais vectores: Defender um ensino Pré-escolar de proximidade e um Primeiro Ciclo escolar de Qualidade. Foram visitadas todas as escolas do concelho com o intuito de avaliar a realidade, tendo em conta a caracterização sócio-económica e física do concelho, actividade económica predominante, evolução do construído, tendências de evolução e o diagnóstico.-----

-----Avançou que, de um modo geral, a população vai diminuir até dois mil e vinte um, com excepção da freguesia de Santa Eufémia que se prevê vir a crescer. As escolas com apenas uma sala tenderão a fechar sendo que Rabaçal, Cerejeiras e Fetais Cimeiros não terão condições de avançar em termos de futuro, por falta de alunos. -----

-----O senhor Vereador Luís Filipe, relativamente ao encerramento das escolas do Rabaçal e dos Fetais Cimeiros, perguntou se não existe uma proposta para colmatar essas zonas a descoberto pois, a seu ver o sistema de ensino ficará fragilizado visto tratar-se de escolas situadas em limites opostos do concelho. -----

-----O senhor professor Rochete respondeu que quando se propõe o encerramento de uma escola é devidamente fundamentado. O concelho terá um problema acrescido, os transportes escolares. O Centro Educativo, que terá que ser provido de quatro salas, refeitório, biblioteca e sala de desporto será uma forma de resposta àquele tipo de situação. -----

-----Por sua vez, o senhor Vereador Mendes Lopes, opinou que o Rabaçal ficará mal se a escola encerrar pois é uma localidade com muitas potencialidades. Não se tem visto crescer porque certamente não foram criadas condições. Perguntou se a Câmara Municipal, perante o Estado, pode assumir o ónus de que o Rabaçal “não pode ficar a descoberto”. -----

-----O senhor Professor Rochete respondeu que a situação do Rabaçal é bastante complexa. Possui bons acessos mas muitas dificuldades. -----

-----O senhor Presidente opinou, também, que seria melhor deixar a situação do Rabaçal para última fase de implementação da nova rede escolar do concelho, dado que foi feito recentemente um grande investimento naquela escola, não fazendo sentido que não se utilize. -----

-----Na opinião do senhor Vereador Mendes Lopes logo que o documento “chegue” à DREC o seu conteúdo será “sagrado”. -----

-----Respondendo à afirmação do senhor Vereador Mendes Lopes, o senhor Professor Rochete disse não ser bem assim que funcionará, até porque a escola de Penela não terá capacidade para acolher as crianças vindas de todas as escolas. não deixou de manifestar a sua preocupação, duma maneira geral, perante a qualidade do ensino nas escolas. Preocupa-se bastante com o encerrar da escola do Infesto mas, mais ainda com o encerrar da escola do Rabaçal, dadas as suas óptimas condições.-----

-----O senhor Vereador Luís Filipe entende que o preocupante é estar a criar-se expectativas de ensino e que não haja qualidade. -----

-----O senhor Vereador Mendes Lopes, ainda sobre a situação da escola do Rabaçal, sugeriu que a Câmara poderia munir-se de dados estatísticos dos concelhos vizinhos para poder comparar e aferir as expectativas. Nada nos diz que os lugares vizinhos, da freguesia do Rabaçal, não estejam nas mesmas circunstâncias, podendo integrar-se na escola do Rabaçal os alunos vindos de escolas doutros concelhos. -----

-----O senhor Presidente acrescentou ter já falado com o Presidente de Câmara de Condeixa-a-Nova que disse estar receptivo para discutir a situação dos alunos do lugar do Zambujal. -----

-----O senhor Vice-Presidente sugeriu que, se se “negociar” com os Municípios de Soure, Condeixa-a-Nova e Ansião o funcionamento da escola de Rabaçal tem maiores possibilidades de estar assegurado. -----

-----Terminando, o senhor Professor Rochete referiu que o documento a entregar na DREC, será a carta Educativa de Penela. No entanto, poderá colocar uma nota de rodapé, mencionando a hipótese de manter a escola do Rabaçal com os alunos vindos das aldeias vizinhas.-----

-----Complementado a ideia o senhor Presidente sugeriu que, fosse feita uma reunião conjunta, com os Municípios de Soure, Ansião e Condeixa e, munidos das suas Cartas Educativas fossem aferidas as possibilidades, de maneira a manter, pelo menos, a escola do Rabaçal em funcionamento. -----

-----Após terem sido discutidas e colocadas várias questões, relativas à rede escolar do concelho, sendo unânime a posição do executivo, relativamente à situação da escola do Rabaçal, apontando-se para uma fase final o seu encerramento, por forma a assegurar, pelos menos, o ensino básico foi o documento posto a votação.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Carta Educativa e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----

3. PLANO DE APOIO AO INVESTIMENTO 2006 – 2009 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Apoio ao Investimento para o quadriénio dois mil e seis dois mil e nove, de acordo com pequenas alterações efectuadas ao seu texto original, adiante transcritas, desde que seja incluído um artigo de actualização anual referente ao artigo terceiro. -----

-----Mais deliberou submeter o mesmo a aprovação da Assembleia Municipal. -----

PLANO DE APOIO AO INVESTIMENTO - 2006 - 2009

Artigo Primeiro

O Programa para o quadriénio (2006/2009) da Câmara Municipal de Penela, ao Apoio ao Investimento privado e cooperativo do Concelho contempla os sectores Industrial, Agro-florestal, Agro-pecuário, comércio por grosso com preferência a actividades de apoio às empresas já instaladas e ainda os sectores de serviços.-----

Artigo Segundo

1. O Apoio abrange diversas formas consoante o sector, a natureza do empreendimento e a dimensão do investimento e será concedido mediante pedido endereçado à Câmara Municipal onde seja descrito o empreendimento a instalar, área pretendida, a indicação dos meios financeiros e humanos a utilizar, os objectivos produtivos a alcançar (volume de investimento previsto) e tudo o resto que permita uma correcta avaliação do empreendimento e do interesse concelhio do investimento. -----

2. Deferida a petição a Câmara Municipal fará reserva do lote ou terreno para o investimento dispondo o requerente de trinta dias para desencadear o processo de aquisição, através da celebração do contrato-promessa de compra e venda e entrega, a título de adiantamento, de 20% do valor do respectivo lote ou lotes. -----

3. A caução referida no número anterior reverterá a favor do Município no caso de incumprimento do prazo aí estipulado. -----

Artigo Terceiro

O Apoio ao investimento nos vários sectores referidos no artigo primeiro, será definido, em cada caso, pelo Executivo Municipal da seguinte forma:-----

1. Cedência de terreno, propriedade da Câmara Municipal, nas áreas industriais ou outras, para instalação dos investimentos requeridos ao preço simbólico de €0,25/m². Quando instalados fora daquelas zonas, em terrenos de propriedade privada, com um subsídio de €2,49/m² do terreno necessário ao empreendimento.-----

2. A atribuição de subsídios consoante os postos de trabalho a criar no início da laboração de acordo com a seguinte tabela:-----

----- 1 posto de trabalho.....	€ 99,76-----
----- 2 postos de trabalho.....	€ 199,52-----
----- 3 postos de trabalho.....	€ 299,28-----
----- 4 postos de trabalho.....	€ 538,70-----
----- 5 postos de trabalho.....	€ 748,20-----
----- 6 postos de trabalho.....	€ 987,62-----
----- 7 postos de trabalho.....	€ 1256,97-----
----- 8 postos de trabalho.....	€ 1556,25-----
----- 9 postos de trabalho.....	€ 1885,46-----
----- 10 postos de trabalho.....	€ 2244,59-----
----- 11 postos de trabalho.....	€ 2633,65-----
----- 12 postos de trabalho.....	€ 3052,64-----
----- 13 postos de trabalho.....	€ 3501,56-----
----- 14 postos de trabalho.....	€ 3980,41-----
----- 15 postos de trabalho.....	€ 4489,18-----

a) Por cada posto de trabalho a mais para além dos quinze e até trinta será atribuído um subsídio de €149,64.-----

b) Acima de trinta será atribuído o subsídio de €99,76 por posto de trabalho.-----

c) Serão considerados os postos de trabalho a criar nos primeiros quatro anos após o início da laboração desde que a empresa prove a existência de vínculo com o trabalhador pelo prazo mínimo de dois anos.-----

d) Os subsídios atribuídos no ponto dois serão acrescidos de 100% por posto de trabalho, para os trabalhadores com contrato individual sem termo.-----

3. Atribuição de um subsídio de € 3,74 por metro quadrado na área de implantação da construção, não sendo considerados para o efeitos alpendres, coberturas de recintos abertos ou anexo do mesmo tipo.-----

4. A Câmara Municipal poderá ainda contribuir com os seguintes serviços:-----

a) Abertura de fundações;-----

b) Construção de ramais de água;-----

c) Acesso, na área industrial, à rede de energia, nas seguintes condições:-----

- 50 KVA em baixa tensão-----

- Construção do ramal de média tensão nos casos justificados.-----

5. Ficam isentos de taxas os licenciamentos feitos ao abrigo deste Plano de Apoio.-----

Artigo Quarto

O encargo total reservado à Câmara Municipal de Penela por este Programa, incluindo nele a cedência de terrenos, a eventual prestação de serviços e a participação financeira, não pode exceder setenta e quatro mil, oitocentos e dezanove euros e sessenta e oito cêntimos distribuídos pelos diversos tipos de apoio considerados nos artigos anteriores.-----

Artigo Quinto

A cedência de terrenos ao abrigo do número um do artigo terceiro é feita nas seguintes condições:

1. O investidor obriga-se a apresentar na Câmara Municipal o projecto de arquitectura do empreendimento, no prazo de um ano, contado a partir do dia imediato ao da celebração do contrato-promessa de compra e venda.-----

2. O Investidor obriga-se à construção das instalações previstas no projecto previamente aprovado pela Câmara Municipal, no prazo de dois anos, salvo nos casos em que, seja reconhecida pela Câmara Municipal a complexidade da construção, e seja razoável um prazo maior.-----

3. A escritura pública de cedência do lote ou lotes será outorgada após a aprovação, pela Câmara Municipal, do projecto de arquitectura do empreendimento. -----
4. O Investidor obriga-se, através de cláusulas condicionantes exaradas em contrato, à laboração da sua empresa durante o mínimo de seis anos. -----

Artigo Sexto

A concessão dos apoios previstos no artigo terceiro será formalizada através de contrato entre a Câmara Municipal e o investidor do qual constará, além do que se julgue necessário para bem caracterizar o empreendimento e definir o interesse concelhio do investimento, o seguinte: -----

- a) Garantia real (hipoteca, garantia bancária ou fiança) que dê cobertura ao investimento; -----
- b) O valor total do apoio dado pela Câmara;-----
- c) Data de entrada em produção do empreendimento;-----
- d) Compromisso do investidor de efectiva actividade dos postos de trabalho previstos, durante o mínimo de seis anos contados da data de entrada em produção do empreendimento; -----
- e) Compromisso do investidor de enviar à Câmara Municipal, até trinta e um de Março de cada ano, os elementos que lhe permitam controlar os postos de trabalho. -----
- f) Compromisso do investidor de não transmitir para outrem as responsabilidades contraídas, pelo presente contrato, com a Câmara Municipal de Penela, sem que esta dê a sua autorização. -----

§ único - A falta de cumprimento do presente contrato, obriga o investidor à imediata restituição do terreno cedido ou ao valor global do subsídio acrescido de encargo resultante da taxa de juro ao valor normal de mercado. -----

Artigo Sétimo

A cedência de terreno e concessão de subsídios previstos no artigo terceiro obriga ainda o investidor ao seguinte: -----

1. 70% dos postos de trabalho a criar serão preenchidos por residentes no concelho; -----
2. A empresa terá a sua sede social no concelho de Penela ou no caso de empresa já existente, a declaração em como procederá à transferência da respectiva sede social para o concelho de Penela.-----

Artigo Oitavo

No tempo de validade de cláusula prevista no número quatro do artigo quinto ou do contrato previsto no artigo sexto será lavrado um auto entre a Câmara Municipal e o investidor, que formalmente encerrará o processo de apoio ao investimento. -----

Artigo Nono

1. Os casos não considerados neste Programa e que se integram no seu espírito, serão apreciados pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara. -----
- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente PAI – Plano de Apoio ao Investimento, incluindo um artigo de actualização anual referente ao artigo terceiro. ---
- Mais deliberou submeter o mesmo a aprovação da Assembleia Municipal. -----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo treze horas trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido aprovada esta acta em minuta. -----

A Câmara Municipal,

(Paulo Jorge Simões Júlio)

(António Manuel Mendes Lopes)

(José Carlos Fernandes Reis)

(Luís Manuel Francisco Filipe)

(António José Santos Antunes Alves)

O Chefe de Repartição,

(Maria Leonor Santos Carnoto)